

ARTIGO

A autonomia universitária em risco

A autonomia universitária ganhou grande destaque na pauta política da sociedade, devido à grande mobilização da comunidade das universidades estaduais paulistas em 2007. A greve de docentes, funcionários e estudantes — com ocupação de reitorias e direções de unidades universitárias — trouxe à tona o vigor da resistência às políticas neoliberais que disputam palmo a palmo o espaço/tempo da universidade pública, visando transformá-la em mercadoria plena, para atender a nova ordem do capital. A disputa de projetos não é recente e se insere na história da educação brasileira, na qual, em outros momentos, também eclodiram fortes mobilizações em defesa da educação pública de qualidade e voltada aos interesses da maioria da população.

A grande centelha da mobilização de 2007 foi o conjunto de decretos do governador José Serra, que teve como alvo a autonomia das universidades públicas paulistas, causando uma reação há muito tempo distante dessas instituições. Entender esse processo passa, necessariamente, pela avaliação das políticas neoliberais da educação para a sociedade contemporânea, bem como pela elaboração de estratégias na luta permanente em defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade para todos.

O cenário histórico da autonomia

A primeira vez que a autonomia universitária apareceu no Brasil, na Reforma Rivadávia Corrêa (Decreto nº 8.659), em 1911, foi num contexto de pressão social frente à ausência de uma política mais eficaz aos problemas do ensino superior. Essa temática foi

uma das saídas encontradas pelo governo da época para restringir o crescimento das inscrições nas faculdades, propiciado pela entrada irrestrita dos egressos das escolas secundárias (oficiais e privadas), através de um exame de ingresso. Tal medida não atingiu o objetivo almejado, já que as chamadas “escolas livres”, apoiando-se no princípio da autonomia, continuaram a oferecer facilidades aos candidatos. Como consequência direta, a Reforma Carlos Maximiliano (Decreto nº 11.530), que reorganizou o ensino secundário e superior no país, suprimiu o termo autonomia. Já na Reforma Francisco Campos, de 1931, a autonomia retorna com o verniz da autonomia relativa, como uma preparação para a autonomia plena (FÁVERO, 1999).

Após o Estado Novo, em 1945, e ainda durante o Governo Provisório, a Universidade do Brasil passa a gozar de autonomia administrativa, financeira e disciplinar, mediante o decreto nº 8.393/45. Em 1961, essa concepção permanece presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961 (Lei nº 4.024), porém, os dispositivos que definiam os tipos de autonomia foram vetados, com restrições claras ao exercício da autonomia dada às universidades na própria lei. Com o golpe militar, a situação ganha novos contornos, com sérias implicações para as universidades.

No período da ditadura militar, o governo promoveu uma Reforma Universitária, através da Lei nº 5.540, de 1968. Por mais estranho que possa aparecer, a lei reconheceu o princípio da autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira da universidade. Porém, produziu também fortes instrumentos repressores, que limitaram ou mesmo impediram o exercício da autonomia universi-

* Por **Sueli Guadalupe de Lima Mendonça**



tária, já que o país se encontrava num estado de exceção, principalmente através do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e do Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969.

De fato, observa-se na trajetória da autonomia universitária um processo ambíguo que “ora a autonomia é assegurada à universidade, ora ela é admitida de modo restrito, alternando aberturas momentâneas e fechamentos, o que não deixa de ser uma forma de controle e centralização” (FÁVERO, 1999)

A redemocratização do Brasil: A construção de um projeto de universidade

A redemocratização do país, reiniciada na década de 80 do século passado, pautou no seu bojo, também, um rico processo de discussão e mobilização frente aos problemas educacionais. A participação da sociedade civil organizada (sindicatos, entidades científicas, organizações estudantis etc.) na luta pela derrubada da ditadura, por liberdades democráticas, desempenhou um papel essencial na Assembléia Nacional Constituinte, durante o processo de elaboração da nova Constituição Federal.

As entidades científicas, sindicais e representativas de setores importantes da sociedade criaram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, visando a elaboração de propostas referentes à educação nacional para o processo da Assembléia Nacional Constituinte.

A luta pela redemocratização da sociedade e, como parte dela, a da universidade, reiniciou-se nos anos 80. A forte mobilização dos sindicatos e movimentos sociais impulsionou a participação da sociedade nos debates na elaboração da nova constituição do país. Nas universidades, houve uma intensa mobilização pela democratização dessas ins-

* *Sueli Guadalupe de Lima Mendonça é professora do campus da Unesp de Marília. É membro da diretoria da Adunesp – Seção Sindical.*

tuições, tendo como eixos de luta “diretas, já!” para reitor e estatuante.

Na Unesp¹, tal fato se manifestou nos anos 1983/84, marcados por intensa mobilização da comunidade universitária unespiana. As reivindicações básicas eram “Diretas, urgente, para Reitor e Presidente” e por um estatuto democrático. Tal luta desencadeou o processo de democratização da Unesp, propiciando um espaço político para uma concepção de Universidade mais comprometida com as questões sociais. Logo, o compromisso em contribuir na formulação de políticas públicas favoreceu o surgimento de experiências inovadoras, como os Núcleos de Ensino, o Consórcio Intermunicipal do Leste Paulista, o Programa de Qualificação do Ensino de História – 5ª a 8ª séries – e o Congresso Estadual sobre Formação de Educadores.

O movimento docente — através de seu sindicato nacional, na época ainda Associação Nacional dos Docentes (ANDES) — contribuiu ativamente nesse processo, como também vários outros sindicatos, com propostas formuladas a partir de amplas discussões nas suas bases. Dessa ampla participação da sociedade brasileira resultou a Constituição Federal de 1988, considerada a mais avançada na garantia legal de direitos sociais.

O princípio de autonomia universitária na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9394/96

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, contemplou o princípio de autonomia universitária, dispondo que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Assim, como bem argumenta Fávero (1999), vale verificar a ênfase e adequação dos termos e redação do referido artigo, expressando o vocábulo princípio a idéia de origem, começo, causa primária (FERREIRA, 1986, 1393, apud FÁVERO, 1999). A autora esclarece que

esta é a idéia que está presente na expressão “princípio de autonomia universitária” a designar não um princípio constitucional ou uma norma constitucional de princípio—norma programática— mas um princípio universitário, ou mesmo de “di-

reito educacional” por ser inerente à atividade universitária, e não à ordem jurídica, no sentido de orientação axiológica para a compreensão do sistema jurídico nacional” (Ranieri, 1994: 100). Assim entendida, a autonomia é causa primária da atividade universitária e é neste sentido que deve ser compreendida a expressão “princípio de autonomia.” (FÁVERO, 1999)

Nos anos 80, houve uma intensa mobilização pela democratização das universidades, tendo como eixos de luta “diretas, já!” para reitor e estatuante.

Entender a autonomia, segundo Fávero (1999), implica buscar no conjunto da Constituição todos os dispositivos constitucionais que lhe sustentam e permitem à universidade um modo de ser institucional e a exigência de liberdade para se autodeterminar.

Na década de 80, continua o cenário de disputa de projetos. O governo mantém suas tentativas de imprimir uma nova caracterização à universidade, fazendo frente aos avanços delineados no processo da Assembléia Nacional Constituinte, em especial ao debate educacional. Para isso, cria o projeto GERES (Grupo Executivo de Reforma do Ensino Superior), em 1986, mas a iniciativa não é levada adiante. A AnDES já alertava quanto às investidas do governo em relação à autonomia universitária, que demonstrava a relevância de seu papel na vinculação com a democracia, transformando-se em sério obstáculo à implementação do projeto político do governo.

O conceito de autonomia contido nas várias propostas geradas no seio do governo e contra as quais o movimento docente luta, no essencial, fundamenta-se na lógica do mercado, na qualidade e eficiência do sistema, na avaliação quantitativa enquanto condição para a concessão de Dotação Orçamentária Global ou Orçamento Global (com controle finalístico), reforçando a política dos “Centros de Excelência” e do empresariamento do ensino público superior. Em síntese é a autonomia sob a forma de orçamento global com controle finalístico através da avaliação quantitativa. (ANDES-SN, sem data).

Esse cenário se delineou com mais nitidez na tramitação do substitutivo Jorge Hage (referente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), quando Darcy Ribeiro, indicado como relator do Senado, apresentou um novo projeto de LDB em prejuízo do que viera da Câmara dos Deputados. Tal fato gerou forte constrangimento, já que Darcy Ribeiro era até então identificado como aliado da educação pública e sua postura veio de encontro ao encaminhamento do Fórum Na-

cional em Defesa da Escola Pública. O relator chegou a elaborar quatro versões do seu projeto de LDB, tentando amenizar o desgaste sofrido. Porém, a votação da LDB, ocorrida no mês de dezembro de 1996, selou de vez a opção política do senador e sua relação com o movimento organizado.

A LDB nº 9.394/96 (LDB) também detalhou, nos artigos referentes às universidades, as atribuições da autonomia universitária que caminham na direção acima.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional, e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único: É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino,

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único: Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II - ampliação e diminuição de vagas;

III - elaboração da programação dos cursos;

IV - programação das pesquisas e das ativi-

dades de extensão;

V - contratação e dispensa de professores;
VI - planos de carreira docente.

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regimento jurídico do seu pessoal.

§ 1. No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes; III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimento referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda a suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2. Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base na avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos, suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único: Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Apesar da LDB ser resultado de um processo extremamente conflitante entre governo e movimentos sociais organizados da educação, já apontando a influência do neoliberalismo nas políticas educacionais, os princípios essenciais para o exercício da autonomia universitária conseguiram se manter. Isso ocorreu através da pressão dos movimentos sociais, especialmente o movimento docente, na tramitação da LDB. Nesse sentido, temos no conjunto da legislação referente à universidade (Constituição Federal e LDB), um ins-

trumental jurídico-político que materializou a conquista dos movimentos sociais, no plano legal, da garantia de um perfil de universidade que não se coaduna com a trajetória histórica dessa instituição no Brasil.

Tempos neoliberais

Os anos 90 são marcados pela intensificação das políticas neoliberais na esfera pública, mudando gradualmente o modelo educacional em curso no Brasil. Esse novo contexto está diretamente relacionado com a transformação da educação em mercadoria, um dos eixos centrais da política de globalização gestada pelos organismos internacionais. Nessa direção, a privatização dos serviços públicos e a transformação desses serviços em mercadoria para o livre mercado torna-se a tônica das políticas públicas dos governos afinados com essas instituições. Assim, a política educacional brasileira tem se adequado às diretrizes ditadas pelas agências financiadoras internacionais, pautadas na privatização e desmonte dos serviços públicos. Tal fato vem conquistando espaço importante nos organismos internacionais, como na Área de Livre Comércio da América (ALCA) e na Organização Mundial do Comércio (OMC), que visam à desregulamentação dos serviços públicos, em especial a educação. Grandes empresas internacionais já planejam pôr seus produtos em um novo mercado estratégico, o educacional, onde mudanças se fazem necessárias para viabilizar as novas estratégias do capital para essa nova frente de lucros. Segundo Salmeron,

Está havendo no âmbito internacional enorme pressão para a privatização do ensino em todos os níveis, primário, secundário e superior. Essa pressão já está oficializada na Organização Mundial do Comércio (OMC) há seis anos, desde 1994, com a assinatura de um *acordo geral para o comércio de serviços*. A inclusão de serviços no âmbito da OMC foi mais um abuso dos países fortes, que passaram a exigir a definição do que deve ser considerado *serviço*. O fato extremamente grave é que a educação passou a ser considerada *serviço*, ao mesmo nível dos serviços prestados pelas empresas comerciais. E a OMC se dá o direito de negociar medidas para eliminar os obstáculos ao livre acesso ao mercado de serviços, entre eles, evidentemente, a educação. (SALMERON, 2002:3-4, apud LOUREIRO, I., DEL MASSO, M.C.)

Assim, estamos vivenciando um momento muito especial de mudanças estruturais da educação brasileira, iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Ministério de Educação, coordenado pelo então ministro Paulo Renato de Souza. Essas mudanças começam ser implantadas lentamente, mas, ao final de 2002, já se tem um cenário bastante modificado da educação, com políticas bem de-

finidas por parte do governo. A era FHC busca uma “racionalidade e eficiência” dos recursos aplicados em educação, aliadas a um sistema de avaliação nacional, nos diferentes níveis de ensino (SAEB, ENEM e PROVÃO).

O Ministério da Educação, em seu documento “*Enfrentar e vencer desafios*”², apresenta seis princípios gerais norteadores da política governamental, a partir de 1995: expansão, diversificação do sistema, avaliação, supervisão, qualificação e modernização.

No ensino superior, essa diversificação contempla novas modalidades de organização, como centro universitário, cursos sequenciais, universidade virtual, educação à distância, que têm como meta principal a racionalidade de recursos e de tempo. Essas novas modalidades da educação refletem as diretrizes do Banco Mundial para o setor, já apresentadas em seu documento *La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia*, no qual encontramos as principais estratégias para o ensino superior: estimular a maior diferenciação das instituições, inclusive o desenvolvimento de instituições privadas; promover a diversificação do financiamento das instituições públicas, como, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos da universidade, bem como manter estrita vinculação entre financiamento e resultados obtidos; redefinir o papel do Estado com o ensino superior e adotar medidas destinadas à equidade e qualidade. (Banco Mundial, 1995, p.4)

O impacto das orientações do Banco Mundial vai se manifestando no contexto das políticas públicas brasileiras e ganhando espaços institucionais importantes, como na educação. A mudança de concepção de universidade pública, característica de importantes setores dessa instituição, representa uma nova etapa de disputa de projetos de universidade e sociedade. Assim, a argumentação apresentada pelo MEC está plenamente sintonizada com a avaliação do Banco Mundial sobre o ensino superior.

O Governo Lula dá continuidade às reformas do seu antecessor e avança, apresentando a Reforma Universitária logo no seu primeiro ano de mandato. Seus objetivos centrais são: 1) a transformação da educação em mercadoria, através de sua desregulamentação como direito, passando-a à categoria de serviço; 2) a diversificação do financiamento via captação de recursos externos e abertura ao capital estrangeiro para atuarem no mercado do setor privado, diretamente.

Paralelo à tramitação da Reforma no Congresso, o Executivo já vinha, na prática, implementando a política educacional neoliberal via medidas provisórias e a aprovação de leis fragmentárias que já atingiam seus objetivos: Parceria Público e Privado (PPP), SINAES, ProUni, Inovação Tecnológica.

A Reforma Universitária, iniciada em 2004, já está em sua quarta versão (PL nº

7200/2006), na qual vêm sendo assimiladas as pressões do setor privatista nesse processo. Traz, também, elementos reivindicados por movimentos sociais, como as cotas e a assistência estudantil, mas de modo inócuo e sem garantias de efetiva concretização. Conta com mais de 368 emendas, vindas principalmente do setor privatista. Os principais pontos do PL 7200/2006 são: conceituação de educação, passando-a para um bem público e não como direito; abertura de 30% do capital votante das mantenedoras aos investidores estrangeiros; instituição da categoria de instituições privadas sem fins lucrativos; total abertura à Educação à Distância; definição de critérios produtivistas na avaliação da universidade (ranqueamento, produtividade, captação de recursos externos); aligeiramento na formação, com a diminuição da duração dos cursos de graduação para três anos e de educação tecnológica profissional para dois anos; mudança na definição de ensino (para efeito de cobrança de mensalidades, só considera como ensino a graduação e a pós-graduação *stricto sensu*, podendo as demais modalidades serem pagas).

A autonomia das universidades estaduais paulistas

A autonomia das universidades estaduais paulistas também se insere no contexto nacional. A mobilização pela democratização do país na década de 80 desencadeou processos internos que mantinham a mesma bandeira de luta, sendo a Unesp um exemplo. A forte e longa greve do funcionalismo público paulista de 1988 teve como protagonistas centrais os trabalhadores das universidades estaduais paulistas. Esse processo culminou na conquista da autonomia universitária, expressa no Decreto nº 29.598, de 02 de fevereiro de 1989, do governador Orestes Quércia. Sua essência pautava-se no artigo 207 da Constituição Federal, ou seja, da autonomia universitária, avançando com a fixação de 8,4% da arrecadação do ICMS do estado para as universidades públicas paulistas, através de liberações mensais. Anteriores a esse decreto, são os decretos nº 24.951 (04/04/1986), do governador Franco Montoro — instituindo o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo (Cruesp) — e nº 26.914 (15/03/1987), do governador Orestes Quércia, que altera a composição do Cruesp com as incorporações dos Secretários de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, vinculando também o Cruesp a esta última Secretaria.

O decreto da autonomia apresenta um problema de origem que se refere à não fixação permanente do índice orçamentário destinado às universidades, exigindo que o mesmo seja discutido e votado, ano a ano, na Assembléia Legislativa (Alesp), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei

Orçamentária (LO), precisando, depois, ser sancionado pelo governador. Essa situação criou uma nova frente de atuação dos sindicatos de docentes e funcionários da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza, organizados no Fórum das Seis Entidades³, juntamente com estudantes, na Alesp, quando da tramitação e votação dessas leis. Gradativamente, o Fórum das Seis foi incorporando essa discussão e aprendendo a formular estratégias de pressão junto ao Legislativo para obtenção de mais verbas. Desde a autonomia, o Fórum das Seis afirmava a insuficiência dos 8,4% do ICMS para as universidades e defendia 11%, passando, depois, a 11,6%, para compensar as perdas ocasionadas pela Lei Kandir.

A luta ano a ano favoreceu o acúmulo de conhecimentos sobre o orçamento do Estado, bem como o das universidades por parte do Fórum das Seis, tornando-o uma referência reconhecida pelas instituições e movimentos sociais sobre orçamento e autonomia universitária. Ao mesmo tempo, desenvolveu estratégias de atuação nessa frente, como a apresentação de propostas objetivas de emendas ao projeto de lei junto aos deputados aliados, para serem encaminhadas oficialmente, e pressões na base dos parlamentares no interior do estado de São Paulo, como também na Alesp, no processo de tramitação. Esse momento da LDO coincide, geralmente, com a data-base dos trabalhadores das universidades estaduais paulistas, sendo que várias greves aconteceram nesse período.

A luta por mais verbas para a educação pública paulista pelos 11,6% às universidades, 2,1% para o Ceeteps e, também, 33% para a educação básica geraram greves e, conseqüentemente, pressões que em alguns momentos se concretizaram em aumento do índice orçamentário para as universidades. Assim, quando houve mudança de aumento de índice para as universidades, sempre foram precedidos de intensas greves ou mobilizações: 9% em 1992 e 9,57% em 1995. Em 2005, após a forte greve de 2004, o movimento conquistou a aprovação do índice de 10% para as universidades, sendo vetado posteriormente pelo governador Geraldo Alckmin, o mesmo acontecendo em 2006, com o índice de 10,43%, aprovado pela Alesp, agora com o veto de Cláudio Lembo, governador em exercício.

Nessa trajetória da autonomia universitária paulista, houve enfrentamentos e conflitos entre Fórum das Seis e Cruesp, pois este último sempre *desempenhou o papel de gestor do Estado junto à Universidade e não de representante da comunidade universitária junto ao Governo*. Logo, os dirigentes institucionais caminhavam ombro a ombro com o Governo, enquanto as universidades sofriam as conseqüências diretas dessa política de submissão dos reitores às diretrizes

mais amplas dos organismos internacionais para a educação, presentes nas políticas públicas governamentais.

Em consonância com a política do MEC e do Banco Mundial, em agosto de 2001, o Cruesp apresentou junto à Assembléia Legislativa o documento “*Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior*”⁴, pelo qual pode-se detectar a sua concepção de “democratização” do ensino superior.

(...) é absolutamente impossível criar maciçamente vagas em universidades como a Unesp, a Unicamp e a USP, em cujos cursos de graduação o ensino é sempre aliado à pesquisa e à extensão e, conseqüentemente, caro por natureza. As três universidades têm se expandido e podem se expandir ainda mais, no viés da graduação tradicional, mas dentro das limitações filosóficas e compressões orçamentárias. [...] (Cruesp, 2001, p. 7) (Grifos nossos).

Essa posição do Cruesp se concretizou na expansão desenfreada de cursos novos na Unesp e USP, sem qualquer garantia de financiamento definitivo, ou seja, de aumento do percentual destinado às universidades. Na Unesp, em especial, desencadeou-se uma séria crise institucional, culminando na greve de 2004, que não apenas se dava por reajuste salarial na data-base, mas principalmente se traduziu numa resposta da comunidade unespiana à irresponsabilidade do reitor José Carlos de Sousa Trindade. Nesse processo de expansão⁵, evidenciou-se a implementação das políticas mais amplas dos organismos internacionais através do confronto direto com a autonomia universitária das universidades públicas paulistas, que viram seus estatutos serem negligenciados a favor de acordos entre Governo Estadual e reitorias, num total desrespeito à gestão democrática.

Assim, a autonomia das universidades estaduais paulistas, de referência positiva de autogestão em nível nacional — mesmo que ainda com problemas centrais de garantia definitiva de financiamento público através de índice fixo de repasse — passa a ser objeto de desmando e esvaziamento da gestão democrática, com graves conseqüências para essas instituições. O que está em jogo é a disputa de projetos de universidade, onde a mercantilização da educação se torna o cerne da questão e, para o seu pleno êxito, faz-se necessária a destruição da qualidade do ensino público em todos os níveis. Esse processo extrapola o âmbito da autonomia para ser um novo projeto de ensino superior gestado pelo capital, voltado à busca de novos espaços de realização do lucro, em detrimento das demandas advindas da maioria da população em torno da educação de qualidade.

Serra e seus decretos

O processo de ataque à autonomia universitária não cessou na expansão de va-

gas. O governo do PSDB em São Paulo, na gestão de José Serra continua sua política neoliberal ao publicar, em 1º de janeiro de 2007, um conjunto de decretos que se tornariam o estopim da grande mobilização do ano, principalmente no que se refere à reorganização do movimento estudantil como grande protagonista.

Os decretos nºs 51.460 e 51.461, ambos de 01/01/07, tratam da reorganização das Secretarias de Estado e interferem diretamente nas universidades. O primeiro altera, no seu Artigo 1º, a denominação das Secretarias de Estado e, em seu inciso III, apresenta a alteração da *Secretaria de Turismo para Secretaria do Ensino Superior*. A afinidade entre as pastas é assustadora, turismo com ensino superior. Exatamente a pasta na qual as universidades (USP, Unicamp, Unesp) estão vinculadas, juntamente com a Faculdade de Medicina de Marília (Famema), a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp), a Fundação Memorial da América Latina (Inciso III, Artigo 4º e Inciso XVI, Artigo 7º). Nota-se o fato estranho de o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), autarquia especial vinculada à Unesp, estar ligada à Secretaria de Desenvolvimento, juntamente com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) (Inciso XII, Artigo 7º).

Numa primeira análise dos pontos acima, já é possível constatar a concepção de sistema de ensino superior e de pesquisa do governo paulista. De um lado, as instituições públicas de ensino superior. De outro, os institutos de pesquisa e o principal e único órgão de fomento de pesquisa do Estado de São Paulo. Qual a razão dessa divisão? A concepção que sustenta tal ato vê um modelo de sistema de ensino superior no qual a pesquisa não se constitui, obrigatoriamente, em pilar das instituições públicas de ensino superior, que tem no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a base da sua organização. Desse modo, o Executivo estadual, nesse primeiro decreto, tem como objetivo fragmentar, pulverizar o sistema do ensino superior, ao colocar em espaços distintos aqueles que deveriam cada vez mais ser próximos.

O decreto nº 51.461 — que trata da organização e atribuições da Secretaria de Ensino Superior — explicita melhor o que ficou só na alteração de Secretarias no decreto anterior. O Artigo 2º define como campo funcional da Secretaria, entre elas: proposição de políticas e diretrizes para o ensino superior; coordenação e implementação de ações de competência do Estado para a formação de recursos humanos em nível superior; *realização de estudos para ampliação das*

atividades de pesquisa, principalmente as operacionais, e busca de formas alternativas e adequadas ao atual estágio tecnológico para oferecer formação nos níveis de ensino de terceiro e quarto graus, com vista a aumentar a porcentagem de jovens que cursam a universidade. Além de demonstrar desconhecimento sobre a organização do ensino formal, claramente expressa na Constituição Federal e LDB⁶ — educação básica composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e, outro nível, educação superior — revela sua diretriz de buscar formas alternativas de educação aos jovens e a priorização da pesquisa operacional como instrumento central para enfrentar os problemas da realidade social. É sabido que umas das diretrizes centrais dos organismos internacionais para a educação é a implantação de novos modelos de custo mais barato e mais rápidos. Eles entendem que não é possível manter um mesmo modelo de qualidade para todos e, claro, essas alternativas são destinadas aos jovens trabalhadores. A priorização das pesquisas operacionais está no bojo da transformação da educação em mercadoria, ao se estreitar os vínculos entre os setores público e privado, já bastante adiantados na lei das Parcerias Público e Privado (PPP's).

A seqüência dos Artigos, apesar de algumas ressalvas sobre a autonomia universitária, apresenta uma estruturação da Secretaria extremamente centralizada e hierárquica nas várias dimensões: técnica, administrativa, de recursos humanos. Como exemplo, caberia ao Núcleo de Suprimentos e Apoio à Gestão (Artigo 18), em relação a compras e contratações, preparar expedientes referentes à aquisição de materiais e prestação de serviços; analisar as propostas de fornecimento de materiais e de prestação de serviços; elaborar contratos relativos à compra de materiais e prestação de serviços; acompanhar a execução dos contratos e providenciar aditamentos, reajustes e prorrogações ou nova licitação em tempo hábil. Se tais medidas fossem efetivamente implantadas, tornariam totalmente inviável a gestão da universidade, pois o grau de centralização extrapola a qualquer critério mínimo de organização do sistema. Como uma Secretaria teria condições, por exemplo, de desempenhar todas as atribuições acima referidas na Unesp? Como seriam feitas todas as compras, licitações, elaboração, execução e acompanhamento de contrato dos *campi* espalhados pelo interior?

O que está em jogo é a disputa de projetos na universidade, onde a mercantilização da educação torna-se o cerne da questão, com a destruição da qualidade.

Diante de tal paradoxo, há duas ponderações possíveis: ou a Secretaria criaria uma máquina administrativa paralela à gestão da instituição e demitiria os funcionários das unidades universitárias, pois não há referência a como articular o proposto com o existente nas universidades; ou o proposto não é para ser implementado a sério, o que seria estranho, pois mostraria a “má fé” do Executivo na elaboração de sua proposta. Ao mesmo tempo, é difícil imaginar que todos esses decretos foram elaborados para atender somente à pequena parte das instituições constitutivas da Secretaria do Ensino Superior (Memorial da América Latina, Famema e Famerp).

O Artigo 41 muda a composição do Cruesp, com a inclusão do secretário do Ensino Superior, mais os da Educação e de Desenvolvimento (ex-Secretaria de Ciência e Tecnologia), que já faziam parte da estrutura anterior (Decreto nº 24.951/1986). A novidade maior neste artigo foi a definição do Secretário do Ensino Superior como presidente do Cruesp. Esse fato gerou uma reação muito forte por parte dos reitores, já que a presidência do Cruesp é exercida na forma de rodízio de um ano entre os reitores da Unesp, Unicamp e USP. A reação foi forte na comunidade universitária e se concretizou no primeiro recuo do governo Serra nesse imbróglio. Um novo decreto, de 1º de fevereiro de 2007, nº 51.535, fez retornar à situação anterior, citada acima, a presidência do Cruesp.

O Decreto nº 51.471, de 02 de janeiro de 2007, dispõe sobre a admissão e a contratação de pessoal na Administração Direta e Indireta. Esse decreto gerou, num primeiro momento, a suspensão do processo de contratação de docentes e funcionários. Na Unesp, inicialmente, a reitoria chegou oficialmente a suspender os concursos. Depois de “gestões” junto ao Governo, conseguiu a autorização para a realização dos concursos, porém, sem que houvesse mudança no decreto.

O Decreto nº 51.636 fixa normas para a execução orçamentária e financeira. Este decreto e os de números 51.460 e 51.461 são estruturantes da proposta de Serra para o ensino superior. O nº. 51.636 trata diretamente do orçamento e sua execução, definindo procedimentos que ferem diretamente a autonomia de gestão da universidade. O Artigo 1º já deixa claro que “a execução financeira, patrimonial e contábil do estado será, obrigatoriamente, realizada em tempo real no sistema Integrado de Administração Financeira para Es-

tado e Município – SIAFEM/SP”. De todas as autarquias da administração direta e indireta do Estado, somente as universidades não se enquadram no SIAFEM, sendo que a Secretaria da Fazenda, desde a implantação deste sistema, tenta enquadrar as universidades, que se limitam, nesse caso a fornecer as informações para alimentar o SIAFEM.

O Artigo 7º afirma que toda alteração do orçamento deve ser formalmente solicitada às Secretarias da Fazenda e de Economia e Planejamento. Este procedimento engessa a administração da instituição e retira a sua autonomia, impedindo que decida sobre as suas necessidades e prioridades. Isto porque tais solicitações de autorização não serão meras formalidades, mas concretamente uma interferência política de agentes externos à universidade, que as avaliarão a partir de seus critérios político-técnicos.

A questão extremamente grave se encontra no Artigo 12º, que afirma que todos os valores equivalentes às contribuições previdenciárias e não recolhidas na forma da lei poderão ser deduzidas das liberações financeiras do Tesouro do Estado às autarquias, inclusive as universidades. Há anos, as reitorias não repassam a parte patronal do Ipesp ao Governo estadual, já que as universidades bancam as aposentadorias de seus trabalhadores autárquicos (docentes e funcionários). Na Unesp, a situação é mais séria devido ao acordo firmado pelo reitor Trindade e o Ipesp, que obriga a universidade, além das contribuições normais, a pagar parcelas da dívida correspondente do acordo.

O Decreto nº 51.660 fecha o conjunto de decretos do Governo Serra que interferem diretamente na autonomia universitária. Ele institui a Comissão de Política Salarial, que tem como atribuição definir as diretrizes da política salarial dos funcionários públicos estaduais, aprovar os termos finais das negociações, autorizar a inserção nos estatutos de benefícios ou vantagem trabalhistas. Essa Comissão será formada pelos Secretários da Fazenda, Economia e Planejamento, Gestão Pública, Emprego e das Relações do Trabalho. No que tange às universidades, esse decreto não se efetivou, pelo menos por enquanto, já que durante a campanha salarial de maio/2007 as negociações ocorreram somente entre Fórum das Seis e Cruesp.

Ocupações, greve e Decreto Declaratório: A resistência ao projeto neoliberal

Os caminhos trilhados na data-base 2007 já se desenharam no primeiro dia do ano, quando o governador Serra deu início à divulgação dos decretos citados anteriormente. A leitura inicial dos decretos já indicava o tamanho da crise que se avizinhava: sem reação da comunidade acadêmica, o governo passaria a

controlar as universidades, por meio da ingerência em seus gastos e da ação direta da recém-criada Secretaria de Ensino Superior.

Da indignação com os decretos e da omissão das reitorias frente aos ataques de Serra, brotou a primeira reação de peso: a ocupação da reitoria da USP pelos estudantes no dia 3 de maio. Esse fato foi, sem dúvida, o farol do movimento de 2007 nas universidades. Dele, desencadearam-se várias ocupações na Unicamp e em diversas unidades da Unesp, bem como a deflagração da greve nos três segmentos.

Não resta dúvida de que mobilização impôs um recuo significativo ao Governo. No dia 30 de maio, véspera de uma grande passeata realizada por estudantes, professores e servidores das universidades estaduais e do Centro Paula Souza, em São Paulo, o Diário Oficial trouxe a publicação do Decreto Declaratório nº 1. Nele, o Governo reescreve parte dos decretos anteriormente divulgados, embora não os revogue. O Decreto Declaratório, uma novidade jurídica instituída por Serra, reafirma o seguinte:

- Manutenção da verba em contas específicas de cada universidade, na Nossa Caixa, mas com a publicação diária no SIAFEM, como previsto no decreto 51.636 (ressalte-se que a Adunesp e o Fórum das Seis não vêm problemas na publicação diária, pois isso reafirma a transparência);
- Possibilidade de remanejamento de verbas como ocorria anteriormente;
- Não se aplicam às universidades os decretos 51.471, 51.473 e 51.660, que vedam a contratação de pessoal e contingenciam verbas. Diz que não se aplica às universidades a comissão de política salarial, reafirmando a negociação salarial entre o Fórum e o Cruesp;
- Modifica a redação de alguns pontos do decreto 51.461 (que cria a Secretaria do Ensino Superior), retirando a expressão “pesquisa operacional” e reafirmando a ampliação de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Mantém a idéia de “formas alternativas de formação em nível superior”, porém, garantindo a deliberação interna na universidade;
- Retira os artigos 20 e 24 do decreto 51.461, que apontavam a ingerência da Secretaria de Ensino Superior nas universidades.

Embora tais medidas sejam um recuo do governo, produto direto e incontestável do movimento de greve dos três segmentos, os problemas permanecem. A manutenção dos decretos 51.460 e 51.461, por exemplo, significa a intenção política do governo de fragmentar os diferentes níveis de ensino, ferindo a autonomia universitária ao deixar em diferentes secretarias as três universidades (Secretaria de Ensino Superior), o Centro Paula Souza (Secretaria de Desenvolvimento) e a educação básica (Secretaria da Educação).

Por outro lado, fica mantida a Secretaria de Ensino Superior (ainda que sejam re-

tirados os artigos 20 e 24), deixando em aberto qual será a sua relação política, educacional e administrativa com as universidades. A não revogação dos decretos também abre espaço para que o governador, numa situação política que considere mais favorável ao seu Governo, volte a enquadrar as universidades.

Ainda que insuficiente, a autonomia conquistada nas universidades estaduais vem sendo modelo para o restante do ensino superior público do país. Assim, o movimento organizado nas universidades públicas paulistas e no Centro Paula Souza deve permanecer alerta.

Notas

¹ Ver REVISTA DA ADUNESP, nº 1, setembro/96.

² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Enfrentar e vencer desafios**. Brasília: abril de 2000.

³ O Fórum das Seis Entidades se organizou, em 1989, a partir da autonomia universitária das universidades estaduais paulistas, congregando docentes e funcionários dessas instituições e do Centro de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps). A participação mais sistemática dos estudantes no Fórum começou a ocorrer recentemente.

⁴ CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS. **EXPANSÃO DO SISTEMA ESTADUAL PÚBLICO DE ENSINO SUPERIOR**. São Paulo: agosto de 2001.

⁵ Ver CADERNOS ADUNESP Nº 02. A expansão de vagas em debate. São Paulo, agosto de 2002.

⁶ Artigo 21 da LDB, lei nº 9394/96.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. ANDES-SN. **Cadernos Andes – proposta da Andes/SN para a universidade brasileira**. Mimeo, sem data.

CADERNOS DA ADUNESP, nº 1, fevereiro de 2002.

CADERNOS DA ADUNESP, nº 2, agosto de 2002.

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS. **EXPANSÃO DO SISTEMA ESTADUAL PÚBLICO DE ENSINO SUPERIOR**. São Paulo: agosto de 2001.

FÁVERO, M. L. A. **Autonomia Universitária no Brasil: Uma Utopia?** In Education policy analysis archives. Volume 7, nº 24, agosto de 1999. <http://epaa.asu.edu/epaa/v7n24.html>. Acesso em 10 de agosto de 2007.

LOUREIRO, I., DEL-MASSO, M.C. (org.). **Tempos de greve na universidade pública**. Marília; São Paulo: Unesp-Marília-Publicações; Cultura Acadêmica, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Enfrentar e vencer desafios**. Brasília: abril de 2000.

REVISTA DA ADUNESP, nº 1, setembro de 1996.

WORLD BANK. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, World Bank, 1995.

ARTIGO

As universidades estaduais paulistas e a necessidade de ampliação do financiamento público no ensino, pesquisa e extensão

Atualmente, é fato que as três universidades estaduais paulistas – USP, Unesp e Unicamp – são referências em nível nacional.

O cenário de hoje tem muito de influência da conquista da autonomia universitária, em 1989, que foi decisiva para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária nestas instituições. Isto ocorre, principalmente, porque a autonomia não se restringiu à esfera específica das universidades: didática, científica e administrativa. O decreto nº 29.598/89, que a instituiu, prevê, também, a autonomia financeira, com “liberações mensais de recursos do Tesouro a essas entidades, respeitando o percentual global de 8,4% da arrecadação do ICMS - quota parte do Estado no mês de referência.”

Portanto, a gerência dos recursos, a partir daquele momento, ficava a cargo dos administradores de cada universidade, sendo discutido as diretrizes para o ensino superior do Estado de São Paulo no âmbito do Cruesp (Conselho de Reitores

das Universidades Estaduais Paulistas).

Vale ressaltar que o decreto não surgiu como fruto de uma política de valorização da educação superior no Estado de São Paulo, pelo governo da época. Mas, sim, como produto da mobilização e da organização dos trabalhadores pelas entidades sindicais, em greve.

Porém, mesmo com a euforia do momento, as entidades apontavam que o percentual definido pelo governo era abaixo do necessário para manter o financiamento das universidades. Isto porque, ao invés de transformar o que foi previsto e gasto no ano anterior em percentual do ICMS, o governo fez uma média dos gastos nos últimos cinco anos.

* Por Milton Vieira do Prado Júnior



Desta forma, o percentual fixado, de 8,4%, que deveria constar da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada anualmente, era muito inferior aos 11,6%, se a conta fosse realizada apenas com os gastos do último ano. As entidades sindicais representativas dos docentes e dos servidores denunciavam que esta diminuição iria, em curto período de tempo, trazer problemas sérios para a administração das universidades.

O que era previsível se consolidou nos anos seguintes, ou seja, o repasse dos recursos tornou-se insuficiente para a administração universitária. No entanto, mais uma vez o aumento no percentual só foi conseguido através da luta. No Quadro 1, estão sinalizadas as alterações conseguidas no percentual de financiamento.

Quadro 1 – Evolução no percentual de financiamento das universidades no orçamento do Estado

LDO 1989	Decreto nº 29.598/89 define 8,4% da arrecadação do ICMS
LDO 1991	Ampliação de 8,4% para 9%
LDO 1994	Ampliação de 9% para 9,57%

* Milton Vieira do Prado Júnior é professor da Faculdade de Ciências (FC) do campus de Bauru e presidente da Adunesp Seção Sindical

Três aspectos merecem destaque neste processo de ampliação de recursos. Primeiro: este aumento só foi possível a partir da mobilização e da greve. Segundo: o aumento conseguido não se aproximou do ideal defendido pelas entidades. Terceiro: há mais de uma década nenhuma alteração no percentual foi aprovada, embora ocorresse expansão e desenvolvimento das universidades. Assim, é fácil identificar que, após 18 anos da autonomia, convivemos hoje com o problema ampliado, ou seja, escassez de recursos para o financiamento do ensino pesquisa e a extensão.

1) Ampliação do problema de financiamento

1.1. Expansão de vagas sem aumento de recursos

No início do novo século, articulada com o governo estadual e apoiado na necessidade de ampliação de vagas nas universidades públicas, bandeira defendida por todos, inclusive a Adunesp Seção Sindical, o Cruesp divulgou um projeto de expansão baseado numa estrutura concisa e de baixo custo, em áreas voltadas para o mercado. Era uma política imediatista, eleitoreira e sem recursos, que desconsiderava a produção de conhecimento dentro das universidades.

A Adunesp, em conjunto com as demais entidades do Fórum das Seis, prudente e consciente das conseqüências financeiras que isto poderia causar, iniciou a discussão sobre esta política e defendeu: expansão somente com ampliação de recursos definitivos, que garantam a contratação de professores e funcionários, bem como o investimento na estrutura física das universidades. Tal investimento deveria garantir uma ampliação de recursos para manter a qualidade dos cursos já existentes e um acréscimo para a construção de novos “campi”, salas de aula, laboratório. Ou seja, expansão com qualidade, mantendo o modelo de universidade pública, com financiamento público, baseado no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Esta discussão tornou-se mais evidente na comunidade universitária em 2002, por coincidência, um ano de eleições, o que pode explicar a ânsia, pressa e necessidade de aprovação urgente deste projeto pelos conselhos universitários. Infelizmente, toda essa agilidade não era verificada nos governantes quando o assunto era necessidade da aprovação de recursos definitivos para garantir o início e implantação do projeto. E foi assim que a aprovação da expansão de vagas sem recursos ocor-

reu e, hoje, é fato nas três universidades.

Verificamos que, em 2006, com base nos dados divulgados pelo Cruesp, 5.512 vagas foram criadas, beneficiando 20.103 novos alunos com o ensino público. Um avanço que mereceria ser comemorado pelas três universidades paulistas, não fosse trágico para a estrutura universitária, pois o investimento do Estado para o projeto foi realizado através de verbas extras. Conforme aumentava o número de alunos ano a ano, estas foram sendo reduzidas e, hoje, são irrisórias para sustentar o projeto implantado. Como consequência, temos uma universidade expandida com o mesmo percentual de financiamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), modificado em 1994.

O próprio Cruesp, em ofício ao governador do Estado de São Paulo¹, solicitava, para o ano de 2006, um montante de recursos extra cota parte do ICMS, de cerca de R\$ 156 milhões. Os reitores queriam, também, que fosse incorporado 0,41% ao percentual do ICMS destinado às universidades pela LDO. Ou seja, os administradores das universidades constatavam a necessidade de ampliação dos recursos, porém, de forma tímida, já que nenhum acréscimo no percentual referente à estrutura já instalada, desde 1989, foi solicitado na oportunidade; o acréscimo pedido ficava restrito à expansão. Além disso, se somarmos o valor solicitado pelos reitores aos 9,57%, não atingiria a reivindicação histórica das entidades sindicais desde a autonomia.

E o problema poderia ter ficado ainda pior. Durante o segundo semestre de 2005 e início de 2006, as universidades sofreram pressão para a incorporação das faculdades

isoladas Faenquil, Famema e Famerp, bem como a criação de novos *campi* da Unesp em várias cidades do interior e da Unicamp em Limeira. Mais uma vez, às vésperas de uma eleição. Tal intenção ficou evidente no Ofício Cruesp nº 22/2005, quando os reitores apresentaram uma solicitação de recursos, incluindo as faculdades isoladas (Quadro 2)

Defendemos a manutenção dos aposentados na folha das universidades e a paridade de vencimentos. Quanto aos HU's, a permanência da vinculação.

Estas iniciativas levaram à incorporação da Faenquil pela USP, com a promessa de aumentar o percentual de ICMS em 0,07%, o que ainda não se consolidou. Diferentemente da primeira expansão, na Unesp não houve concordância com as incorporações, nem com nova expansão, a não ser que o Estado, primeiramente, ampliasse os recursos definitivos. O papel dos sindicatos, na Unesp, foi decisivo para que os Órgãos Colegiados não aprovassem um projeto que ampliaria ainda mais a crise financeira.

1.2 – As universidades financiam a previdência e a saúde, diminuindo a aplicação de recursos na educação ativa

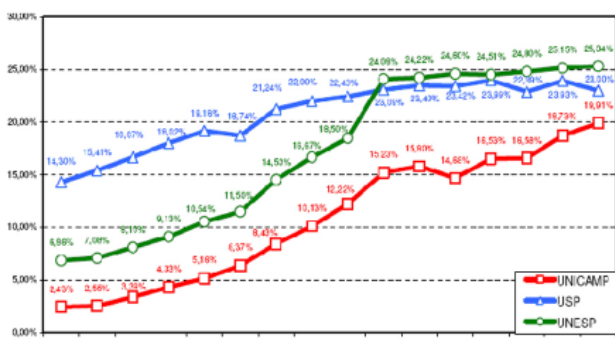
A crise de financiamento das universidades públicas paulistas é produto de dois problemas estruturais: a) o pagamento dos aposentados; b) os gastos com os hospitais universitários. A priori, é importante apontar nosso entendimento sobre tais questões. Defendemos a manutenção dos aposentados na folha de pagamento das universidades e a paridade dos vencimentos com o pessoal da ativa. Quanto aos hospitais universitários, a vinculação às universidades, cumprindo sua função de formação.

Mantendo estes princípios na discussão, não se pode negar que os gastos com previdência e saúde feitos pelas universidades vêm aumentando significativamente nos últimos anos. Este aumento, atualmente, influencia diretamente no custeio e investimento na educação ativa. Ou seja, coloca na conta das universidades um gasto que não deveria pertencer a ela, senão vejamos.

O aumento no número de aposentados ocorreu significativamente nas universidades desde a autonomia até o momento. Em 1989, o percentual de professores aposentados era o seguinte na USP, Unesp e Unicamp: 14,30%, 6,86%, 2,43%, respectivamente. Atualmente, estes percentuais são de 23%, 25,34%, 19,91%. Tais dados foram divulgados pelo Cruesp² (Quadro 3).

Quadro 2 – Solicitação de recursos ao governo do Estado pelo Cruesp

Empreendimento	Acréscimo da quota-parte das universidades sobre o ICMS Líquido			
	USP	Unesp	Unicamp	Total
Vagas de 2002 a 2006	0,18%	0,13%	0,05%	0,36%
Implantação do campus Limeira	---	---	0,05%	0,05%
Implantação das faculdades isoladas	0,07%	0,215%	---	0,285%
Total	0,25%	0,345%	0,10%	0,695%

Quadro 3 – Aumento no número de aposentados nas universidades

Este aumento foi influenciado pelas reformas previdenciárias realizadas pelo governo federal, uma vez que os professores e servidores em condições de se aposentar se apressaram em fazê-lo, na tentativa de garantir seus direitos. Isso gerou uma aposentadoria em massa. Mas, onde está o problema do financiamento? Não defendemos a paridade e a manutenção na folha de pagamento?

O problema é que os vencimentos dos aposentados continuam dentro dos 9,57%, na folha de pagamento. Porém, a contribuição do empregado (11%) e a contribuição patronal são repassadas ao governo, na maioria dos casos (na Unesp, era para o Ipesp). Ou seja, contribuimos com o Estado para a previdência, mas os gastos com os aposentados ficam dentro da universidade.

Ciente do problema e com o aumento considerável no número de aposentados, as três universidades deixaram de repassar a contribuição patronal, buscando um acordo com o governo, ou pelo menos um acerto de contas. Isto porque tais valores poderiam ser revertidos para a educação ativa, diminuindo o comprometimento salarial, no orçamento das universidades, e aumentando o poder de custeio e investimento. Até o momento, nenhuma sinalização positiva em relação a este gasto foi emitida pelo governo. Pior, ainda: estamos no meio de um processo de regulamentação da previdência em nível estadual (criação do SPPrev), sem saber como ficará a situação dos aposentados e se será possível um acerto nas contas.

De certa forma, o que precisa ficar claro é que o índice de 9,57% não irá suportar por muito tempo o financiamento, principalmente, se uma nova reforma da previdência do governo federal for implantada. Assim, este é um tema ao qual os administradores e os sindicatos deverão ficar atentos para garantir os direitos dos trabalhadores sem que diminua, na prática, o investimento na educação ativa.

Em proporções menores, ocorreu o mesmo com a questão da saúde e os gastos nos hospitais, principalmente na Unesp e na Unicamp. Tais hospitais, criados para a formação e o ensino dos futuros profissionais

das áreas médicas, nos últimos anos ampliaram significativamente o atendimento à população em geral, muito acima da sua capacidade original. Isto ocorreu devido à falta de investimento do governo na área da saúde, nas regiões em que estão estabelecidos. Portanto, os gastos triplicaram devido ao aumento no número de atendimentos, leitos, realização de exames, sem com isso ampliar a participação do financiamento do Estado.

Os gastos com os hospitais representam nas despesas das três universidades, segundo o Ofício Cruesp nº 26/2005, enviado ao Secretário da Saúde, Sr. Luís Roberto Barradas Barata, os seguintes percentuais: 7,9% na USP, 7,8% na Unesp e 22,4% na Unicamp. Observamos melhor este crescimento, no caso da Unesp, no Quadro 4, extraído do documento do Cruesp³, quando foram comparados os procedimentos feitos em 1989 e 2004. Salta aos olhos do que é um gasto muito acima do que é possível ocorrer dentro do orçamento das universidades e, por outro lado, muito aquém diante da demanda, principalmente da população mais carente.

Quadro 4 – Aumento de atendimento hospitalar na Unesp

	1989	2001	Crescimento (%)
Prontuários abertos	14.755	19.142	29,73
Consultas Ambulatório	119.252	216.727	81,74
Consultas Quimioterapia	5.297	6.953	31,26
Consultas Div. Hemocentro	7.923	10.842	36,84
Internações	12.216	28.697	134,91
Altas	11.771	17.768	50,95
Altas clínicas	15.233	16.962	11,35
Cirurgias	5.367	7.027	30,93
Nascimentos	1.044	1.281	22,70
Leitos	318	345	8,40
Exames Radiológicos	41.990	91.014	116,75
Exames Anátomo patol.	23.680	52.456	121,52
Exames Endoscópicos	2.363	8.045	240,46
Ex. Setor Físio-diagnóstico	8.758	28.836	229,25
Exames Setor Reabilitação	21.835	28.697	31,43
Exames Radioterapia	12.511	31.484	151,65
Exames Setor Med. Nuclear	2.987	3.712	24,27
Exames Hemodinâmicos	561	1.586	182,71
Exames Div. Hemocentro	146.326	784.057	435,83
Hemodiálise (sessões)	1.751	16.304	831,13
Quimioterapia (sessões)	850	9.089	969,29

Este exemplo coloca em xeque muitos discursos de políticos em momentos eleitorais, que anunciam em suas plataformas que saúde e educação serão prioridades em suas gestões. Se assim realmente pensassem, não é lógico utilizar recursos da educação para ampliar o atendimento de saúde dentro dos hospitais universitários.

Isto demonstra o descompromisso dos últimos governos de São Paulo com es-

tas áreas essenciais. Pior que isso, a comunidade universitária começa a discutir alternativas, tanto na previdência como na saúde, de desvinculação destes gastos. Isto é preocupante, visto que a política implementada pelos governantes está alicerçada na lógica de desvinculação de recursos, diminuição dos gastos, na parceria público-privada e na privatização. É por isso que se torna fundamental a ampliação de recursos para a educação, bem como o ajuste de contas entre as secretarias estaduais, visando combater a política neoliberal, que diminui direitos e investimento nas áreas sociais.

2) Contra a privatização interna como forma de “potencializar” os recursos

Como resolver este problema? Estamos, hoje, convivendo com uma universidade que ampliou o número de vagas, aumentou o número de aposentados e gastos com os hospitais e, ainda, necessita continuar custeando e investindo nas unidades já instaladas; porém, a política implementada pelos governantes tem como meta diminuir a vinculação de recursos no orçamento do Estado, a serem aplicados em uma área específica, no caso a educação, bem como baratear os gastos no setor, ampliando o investimento.

O final da história... todos conhecem. No mundo globalizado, em que prevalece o neoliberalismo, seria a privatização. Tentativas nesse sentido já foram feitas. Por exemplo, em meados da década de 90, surgiu projeto na Assembléia Legislativa que propunha a cobrança de mensalidades nas universidades públicas estaduais. Felizmente, não teve ressonância, principalmente devido à mobilização da comunidade acadêmica, com argumento baseado na Constituição que desmascarava a proposta: “Educação é direito de todos e dever do Estado”.

Ainda que o ataque direto ainda não tenha sido feito na educação, estratégias privatizantes foram sendo incorporadas no dia-a-dia das universidades. Claro, sempre apontando para o problema da falta de verbas. Assim, “alternativas” foram surgindo para o financiamento da universidade pública. Uma delas é o estímulo à captação de recursos, pelo docente, a partir do seu trabalho. Embora houvesse sido contratado para o ensino, a pesquisa e a extensão, este passou a conviver com a responsabilidade de financiar a universidade com a pesquisa, o oferecimento de cursos pagos de especializa-

ção, prestação de serviço via as fundações.

O argumento era simples: se o governo não amplia os recursos, temos que buscar formas alternativas de obtê-los para garantir o ensino público. Ora, o que conseguimos com isso? Desmobilizar a comunidade na luta pela ampliação de recursos e incentivar a ampliação de iniciativas para tornar privadas a produção de conhecimento e sua divulgação.

No dia-a-dia, foi se tornando normal o surgimento de inúmeros cursos de especialização, assessorias, cursos de extensão, convênios; desviando o docente de suas funções prioritárias. É claro que, em muitos casos, com uma compensação. Houve regulamentações internas, baseadas em pareceres da Assessoria Jurídica, que apontavam para a autonomia das universidades em deliberar sobre a criação de cursos pagos em nível de especialização, numa capciosa interpretação de que a Constituição exigia gratuidade apenas para o nível da graduação.

Para os sindicatos, esse foi um parecer equivocado, porém, isto estimulou a criação dos cursos. O valor arrecadado era distribuído entre o docente, a faculdade e a fundação. Além disso, em 2005, foi publicada a Portaria Unesp⁴, que definia o repasse de 5% da receita bruta auferida dos cursos de especialização, a ser destinado à Taxa de Contribuição ao Desenvolvimento da Unesp (TCDU). Esta regulamentação não seria necessária se a lógica original de oferecer os cursos de especialização fosse cumprida. O problema é que muitos serviram para a complementação salarial, investimentos localizados em alguns departamentos, sem nenhuma preocupação com o financiamento da instituição. Portanto, o que parecia uma solução não resolveu o problema de financiamento e criou outros.

Um problema evidente foi o isolamento de alguns professores, sem participação na luta por mais recursos, bem como nas campanhas salariais, visto que resolviam os problemas salarial e financeiro (investimento em seu laboratório/pesquisa e salarial) momentaneamente, via os cursos pagos.

Um segundo problema logo apareceu. Como a Adunesp previa, surgiu parecer contrário à cobrança de cursos dentro da universidade pública. E esta questão torna-se ainda mais séria após o parecer⁵ do Procurador da República, referente aos cursos pagos na Unifesp. Em seu despacho, com base nos artigos 205, 207, 208 e 211 da Constituição Brasileira e artigos 44 e 55 da LDB (Lei 9.394/96), ele apresenta a seguinte recomendação: “Cesse a cobrança de qualquer curso dentro da instituição e devolva os valores pagos aos alunos que solicitarem e comprovarem o pagamento”. Resaltamos que, nas suas considerações, o Procurador rechaça as decisões do Tribu-

nal de Contas da União (TCU) número 321/2000 e 966/2003, que apontavam pela possibilidade de cobrança, visto que esta decisão não tem efeito vinculante ao Ministério Público e/ou Poder Judiciário.

O Procurador vai além e entra no mérito da questão acadêmica, afirmando que “a cobrança de taxa em cursos estimula o corpo docente da universidade pública a abandonar suas atividades regulares no ensino de graduação e pós-graduação, em busca da complementação de renda proporcionada pelos cursos pagos”. Este despacho reafirma a posição dos sindicatos contra esta alternativa de financiamento da universidade, à custa da cobrança de mensalidades. Vale ressaltar que esta decisão, se generalizada a todas as universidades públicas, criará um problema, pois os recursos terão que ser devolvidos.

Uma outra solução, já em vigor nas universidades, é a terceirização dos serviços. Uma forma de privatização por dentro. As reitorias, com o objetivo de economizar, terceirizaram gastos com vigilância e limpeza, substituindo os funcionários de carreira por contrato com empresas privadas. Isto tornaria o serviço mais barato e eficiente, pois, segundo os reitores, nestes setores, muitos funcionários apresentavam problemas de saúde e se ausentavam muito do trabalho. Portanto, após a terceirização, conseguiríamos economizar recursos para o custeio e investimento das universidades.

Uma economia empobrecida e desrespeitosa. Substituímos seres humanos, com seu trabalho digno, envolvidos com a instituição e a comunidade universitária, sob controle administrativo de nossos governantes, por outros trabalhadores precarizados e, em muitos casos, explorados por estas empresas. Para conseguir ganhar as licitações, elas oferecem os serviços a baixo custo, diminuindo os salários do trabalhador e/ou os seus benefícios. Não é possível que, dentro de três universidades tão importantes, que produzam conhecimento para melhorar as condições de vida, saúde, de conhecimento da humanidade, possamos compartilhar com esta irresponsabilidade social. Além do mais, sem garantia que realmente estaremos economizando, pois até hoje nenhuma prestação de constas, séria, foi demonstrada pelas administrações universitárias.

O que sabemos é que, na prática, estamos convivendo com trabalhadores dentro da universidade, sem nenhum vínculo tra-

balhista com a instituição, e que estão ali ganhando metade do que um funcionário de carreira possivelmente ganharia, para desenvolver o mesmo serviço necessário e fundamental para o funcionamento das universidades públicas. Esta economia, à custa de metade do salário de um trabalhador mais humilde, é que ajudará a financiar a universidade? Isto é injusto e imoral, pois o salário pago pela metade não garante as condições mínimas de vida para este trabalhador e sua família. A terceirização deve, portanto, ser combatida como forma de resolver o problema de financiamento, além de questionarmos qual a real economia e o padrão de eficiência destes serviços.

Infelizmente, este quadro, não de forma definitiva, também vem se delineando na reposição do quadro docente. O que era esperado com as aposentadorias e a expansão de vagas seria a contratação de professores em RDIDP, 40 horas. Porém, a falta de recursos levou a outras “soluções”.

Uma saída rápida e econômica adotada pelos dirigentes foi a precarização do trabalho docente. Ao invés dos reitores irem à busca de ampliação de recursos para manter a lógica do trabalho docente, que envolve o ensino, a pesquisa, a extensão e a administração universitária, decidiram pelo caminho mais simples. Assim, em pleno século XXI, convivemos com contratações de professores conferencistas (contratos de 89 dias), professores substitutos (contratos por um semestre, com prorrogação por mais um), troca de um professor em RDIDP por dois em RTC (24 horas).

Estas são iniciativas de cunho economicista, sem nenhuma preocupação, a priori, com o comprometimento na qualidade dos cursos.

Mesmo com as iniciativas, todas tímidas, de reposição nos últimos anos, este quadro ainda prevalece na Unesp. Atualmente, faltam aproximadamente 400 professores nos diferentes *campi* e há a possibilidade de cerca 700 professores virem a se aposentar no próximo período. O resultado desse quadro é a existência de docentes com carga horária elevada, salas superlotadas de alunos, entre outras conseqüências que interferem no sistema educacional.

Já assistimos esta política sendo implementada nos demais níveis de ensino, o que levou ao caos no ensino público. O descompromisso com a educação no Estado passou principalmente pela falta de investimen-

Nossa meta é conseguirmos a ampliação de recursos para que todo o sistema educacional paulista torne-se referência de qualidade.

to, tanto na estrutura física como nos recursos humanos. No caso do ensino fundamental/médio e tecnológico, isso é gritante: aumento no número de alunos por classe, diminuição da contratação de professores, desvalorização dos trabalhadores da educação, falta de investimentos nos prédios públicos, ampliação do ensino tecnológico sem contrapartida de investimento definitivo.

É contra a implementação desta lógica no ensino universitário que lutamos e continuaremos a lutar. Esta luta também engloba a melhoria e a reversão desta perspectiva neoliberal nos demais sistemas de ensino no Estado de São Paulo. Nossa meta é conseguirmos a ampliação de recursos para que todo o sistema educacional torne-se referência.

3) Defendemos o aumento de verbas para a educação em geral e o modelo de universidade pública

Após estas constatações, não é difícil apontar o que é necessário para revertermos este quadro e voltarmos a trilhar o caminho de uma universidade pública, com financiamento estatal, laica, de qualidade, referenciada socialmente: a ampliação de recursos públicos para a educação.

Evidentes, também, são os meios para conseguirmos atingir esta meta: a mobilização de professores, funcionários e estudantes. Esta organização deve ter como ob-

jetivo o esclarecimento da população sobre a importância deste investimento, tão prometido pelos políticos em períodos eleitorais, porém, não efetivado na prática. Nosso papel é denunciar esta prática e buscar a transformação social através do sistema educacional.

Mais que isso, a partir da ação dos professores em seu local de trabalho, continuar defendendo as reivindicações aprovadas nas assembléias da categoria nas últimas campanhas salariais:

- Lutar por ampliação dos recursos do ICMS: **11,6%** para as universidades estaduais paulistas, **2,1%** para o Centro Paula Souza e destinação de **33%** da receita fiscal do Estado para a educação pública em geral;

- Lutar para a aprovação de **lei estadual** garantindo, **no mínimo, 9,57% da receita de impostos do Estado**, incluindo repasses federais, para as universidades públicas estaduais;

- Complementação do orçamento das universidades estaduais paulistas pelo governo do Estado para o pagamento dos aposentados, que viabilize a aplicação integral da dotação orçamentária da USP, Unesp, Unicamp em educação ativa;

- Preservar a vinculação dos hospitais universitários com a universidade, aprimorando seu caráter público, revertendo toda forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo fi-

nanciamento público adequado para o seu funcionamento;

- Lutar contra a sonegação e a renúncia fiscal no Estado, bem como contra o decreto estadual 48.034, que isenta de ICMS as compras dos órgãos estaduais públicos, reduzindo recursos para a educação.

Nossa luta, após 30 anos de existência da Adunesp S. Sindical, com certeza continuará. E o foco principal, hoje, é o aumento do financiamento público, para defendermos o modelo de universidade pública que temos, sua ampliação e aperfeiçoamento.

Notas

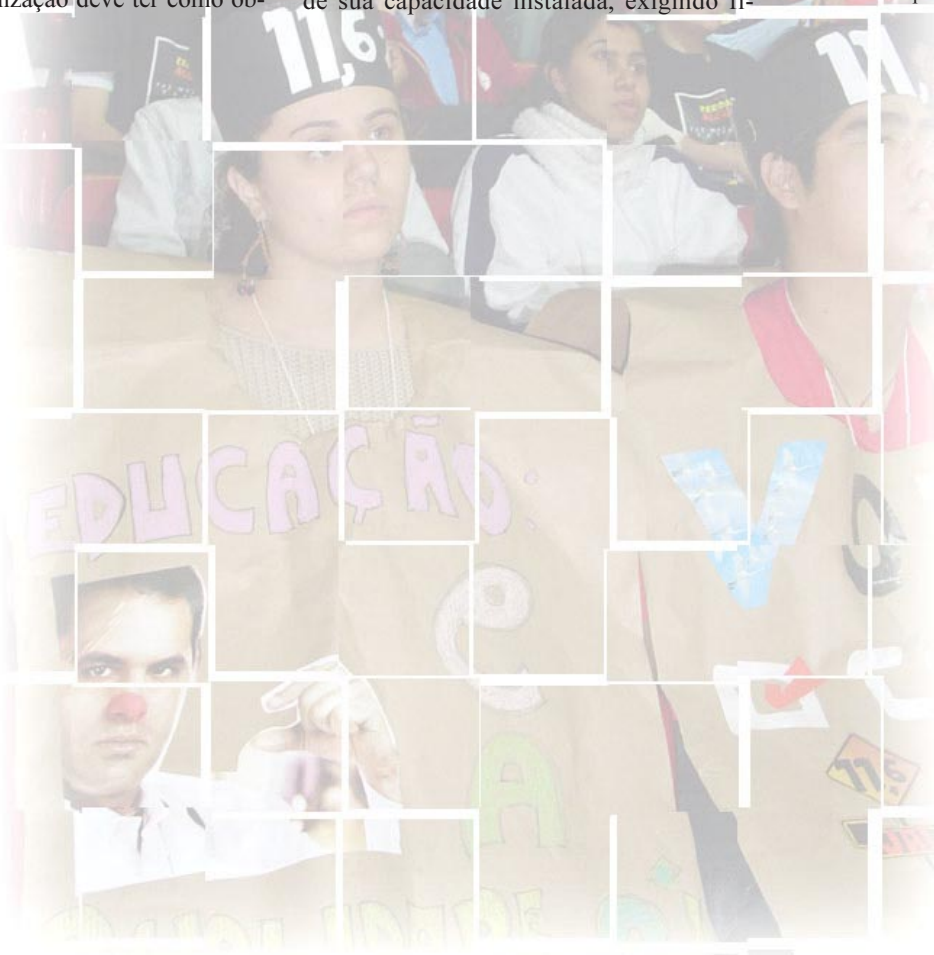
¹ Ofício Cruesp nº 22/2005, ao governador do Estado de São Paulo, Sr. Geraldo Alckmin, em 29 de julho de 2005.

² Ofício Cruesp nº 28/2005, ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Sr. João Carlos de Souza Meirelles, em 5 de outubro de 2005.

³ Ofício Cruesp nº 26/2005, ao Secretário da Saúde do Estado de São Paulo, Sr. Luís Roberto Barradas Barata, em 5 de outubro de 2005.

⁴ Portaria Unesp nº 260, que regulamentava o § 4º do artigo 13 da Resolução Unesp nº 52/05.

⁵ Recomendação PRSP nº 16, de 26 de junho de 2007. Parecer elaborado por Sérgio Gardenghi Suiama, Procurador da República, 5º Ofício Cível – Educação.



ARTIGO

Autônomo e de luta: Adunesp - Seção Sindical do Andes Sindicato Nacional

Quando fui consultado sobre a possibilidade de escrever um artigo sobre a relação entre Adunesp e Andes-SN, pensei fazê-lo de um jeito mais coloquial, representando memórias e percepções de um processo do qual participo de forma direta e indireta desde minha militância estudantil, iniciada em Campinas, em 1976, quando fazia cursinho no Macpoli, na rua Conceição, perto do Diário Popular. Foi ali que me encontrei com a militância estudantil da cidade, alunos do cursinho, da Unicamp e da PUCCamp, com alguns professores que fizeram diferença na minha formação política naquele primeiro momento: Imenes, Ademir Gebara, Sílvio Frank, Jasmenão. Optei por escrever esse artigo sob forma de memória. Apesar de alguma imprecisão de datas e situações, quis correr o risco.

Pretendo tratar da relação da Adunesp com o Andes colocando-a, hoje, à luz de experiências pessoais: na militância na Adunesp, iniciada em 1992, em plena greve, e que me levou ao Andes, voltando ao meu primeiro contato com esses sindicatos quando da minha militância na Associação de Pós-Graduandos (APG) da Unicamp e, depois, na Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Foi naquela época que tomei contato direto com representações sindicais da Adunicamp e do Andes, nos movimentos e mobilizações ocorridas em 1989 e 1990.

Como parte do processo educativo vivenciado na militância, junto a outras camaradas que comigo compartilharam direta e indiretamente, pude coletar memórias, impressões como sujeitos no fazer histórico da nossa categoria e da classe. Esse

processo implica, necessariamente, em mostrar como parte desse saber e dessa memória foi construída em minha mente e está presente no meu fazer militante, dentro do processo de organização dos instrumentos e das ferramentas de lutas desenvolvidas pelos trabalhadores, em geral, e pelos trabalhadores da educação, em particular os das universidades.

As associações de professores universitários, nas instituições isoladas, faculdades, universidades federais e estaduais, nas instituições confessionais, predominantemente nas décadas anteriores aos anos 70, eram estruturas que expressavam



o quadro geral da luta de classes daquele momento, com o predomínio de uma categoria em que eram hegemônicos segmentos das classes dominantes ou ligados a seus interesses. As associações eram a expressão de uma categoria que estava organicamente representada na própria instituição universitária. Estas entidades eram fruto do processo da nossa própria história e do es-

* Por Antônio Luís de Andrade (Tato)



tágio de desenvolvimento da organização e da consciência dos docentes enquanto categoria profissional. Assim, elas eram a expressão de uma categoria que se via e se posicionava socialmente nas questões políticas, em geral apartadas do conjunto da classe trabalhadora.

Com isso, não estou afirmando que não havia professores universitários ideologicamente engajados nas questões e nas lutas políticas numa perspectiva classista e de luta, que incidiam no debate político e na elaboração teórica numa perspectiva da classe trabalhadora, do proletariado, defendendo uma perspectiva de práxis revolucionária, um outro projeto histórico de sociedade mais justo e igualitário. Busco apenas argumentar que, naquele momento e contexto, nossos instrumentos organizativos eram a expressão do estágio de desenvolvimento da nossa consciência enquanto trabalhadores.

Para além da proibição formal da organização sindical do funcionalismo público em todas as esferas, as associações, em número expressivo, constituíam formas não só “pré-sindicais” nos termos da legislação sindical e trabalhista, mas estavam pulverizadas, principalmente em institutos isolados. Localmente, muitas delas se encontravam sob controle de forças políticas

* Antônio Luís de Andrade (Tato) é professor do Departamento de Educação da FCT-Unesp de Presidente Prudente/SP. Mestre em Educação pela Unicamp. Foi presidente da Adunesp e diretor do Andes-SN.

conservadoras, outras, por sua história e trajetória política, ou se constituíam de diretorias pelegas na plena concepção da palavra, ou praticavam uma política sindical adesista, que buscava construir espaços políticos por dentro da própria estrutura das universidades e do Estado.

Nasce a Unesp, surge a Adunesp

No caso da Unesp, antes desta se constituir como universidade, ocorriam situações semelhantes à descrita, o mesmo podia-se identificar em relação à USP e à Unicamp, assim como na maior parte das associações ligadas às autarquias e institutos federais isolados. O processo de criação da Unesp e das universidades federais consolidou não apenas tais instituições, mas implicou fortes mudanças na vida dos professores e da comunidade. Estas, agora, desfrutavam de um novo *status*, passando a formas de relações de trabalho que eram qualitativa e estruturalmente superiores às anteriormente vivenciadas. O mesmo pode se dizer em relação às carreiras, à malha salarial, a uma administração centralizada pelo Estado ou a União, ou seja, sistemas de controle e desenvolvimento articulados numa estrutura de instituições estaduais e federais de ensino superior.

O processo de criação da Unesp, além de representar os interesses de potentes políticos locais, de relações de favor e troca destes junto ao Estado, expressava a clara composição interna de forças e, também, entre as universidades estaduais paulistas. A interna ficou explicitada com as diferentes formas de controle nas unidades universitárias maiores e mais tradicionais e, por conseguinte, na reorganização didático-administrativa da Unesp, com o fechamento de cursos, transferências compulsórias, intervenções. Externamente, vinham críticas de dentro das outras duas universidades e de setores das classes dominantes paulistanas contra a “universidade caipira” do “interior” e que levava como nome de família o título de Mesquita Filho.

Foi nesse processo que os trabalhadores docentes e técnico-administrativos da Unesp se mobilizaram em torno de seus interesses e da defesa de suas unidades e cursos. Nesse contexto, as associa-

ções locais da Unesp foram catapultadas a um patamar politicamente superior, tornando-se instrumentos efetivos de mobilização e organização de sua luta. As associações, nesse momento histórico, tanto na Unesp quanto nas Instituições Federais de Ensino Superior, se horizontalizaram como formas efetivas de organização de base por local de trabalho. Nesse processo e guardadas as proporções e diferenças, nas universidades confessionais e algumas particulares, o processo foi muito semelhante àquele que ocorreu quando essas entidades se constituíram nas instituições públicas de ensino superior.

Na Unesp, a luta pela carreira, pela isonomia, pela paridade, pela função social da instituição, nasce de dentro das necessidades objetivas da categoria. Expressa-se nas caravanas organizadas pelas associações locais, nos encontros e marchas e na criação da própria coordenação central dessas associações. A centralização numa única associação estadual daquele amontoado de associações, a Adunesp Central, constituía-se numa condição política e organizativa imprescindível para fazer avançar a organização da categoria e dar unidade ao movimento. Não poderia ser uma federação, pois não desfrutávamos de prerrogativas sindicais para tanto. Assim, passamos ao largo da estrutura sindical getulista. Na prática, as associações ficaram na periferia dessa estrutura e sobreviveram por anos a fio com seus próprios recursos, desfrutando de uma autonomia que os sindicatos não possuíam. Com a ascensão da luta, muitas das direções vinculadas ao Estado e aos grupos locais foram varridas do mapa pela base radicalizada. A própria crise deflagrada pela reestruturação da Unesp fragilizou e, em muitos casos, atingiu mortalmente esses grupos locais de poder. O que dizer aos trabalhadores das unidades e dos cursos que foram fechados, aos demitidos e transferidos?

Não podemos nos esquecer de que esse processo se deu num contexto em que se abria a crise da ditadura militar, começavam a desabrochar os movimentos sociais contra a carestia, pelas liberdades democráticas, pela saúde e educação, o movimento estudantil e a luta sindical. Onde

se questionava o modelo sindical getulista, emergiam os Encontros Nacionais de Trabalhadores de Oposição à Estrutura Sindical - ENTOES. A criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES congregou quase todas as associações de docentes das universidades brasileiras e a Adunesp esteve diretamente envolvida nesse processo.

O início da Andes

Apesar de ter em seu interior uma categoria cujo caráter conservador é predominante, com dificuldade de se sentir como parte da classe trabalhadora, as associações docentes, contraditoriamente, contavam (e contam) com o respaldo e a legitimidade por parte dos docentes. Tais associações representavam um movimento de vanguarda, cuja militância se inscrevia no cenário nacional de reorganização da classe trabalhadora e de sua luta, numa perspectiva classista.

Por mais de uma década, a Adunesp, assim como a Andes, estiveram envolvidas nos principais processos políticos e de luta da classe trabalhadora desse período, bem como na reorganização dos seus instrumentos e ferramentas de luta, de forma direta ou indireta. Em âmbito nacional, a Andes buscou resistir aos ataques do governo federal à categoria e elaborou sua proposta de universidade para a sociedade brasileira, em defesa de um modelo voltado às necessidades e interesses do país e da maioria da nossa população. Apresentou, também, um processo de transição do setor privado para a construção de um único sistema público de ensino superior e buscou organizar organizações pela base nas instituições particulares, confessionais ou não, que defendessem seu projeto de universidade de qualidade e socialmente referenciada.

Nesse período, cresce a luta pela autonomia das universidades públicas e seu financiamento público, assim como pela carreira única, por formas e mecanismos de avaliação docentes e institucionais voltadas para um sistema universitário e de pesquisa que de fato buscasse o desenvolvimento social e econômico.

No caso da Adunesp, sua contribuição à luta pela democratização da Unesp, na época da intervenção do governo estadual – que impôs Jorge Nagle como reitor – e, depois, no processo estatuinte que produziu o Estatuto da universidade, nossas contribuições foram relevantes, ímpares e decisivas. O mesmo se deu em relação ao Fórum das Três, e depois no seu sucedâneo, o Fórum das Seis, e na luta pela

A presença da nossa seção sindical sempre foi destaque no Andes. Este, por sua vez, sempre esteve presente nas lutas que fazemos cotidianamente.

autonomia em 1989. Nesse processo, junto a outras entidades e organizações, esteve sempre defendendo a carreira, a isonomia e a paridade entre as três universidades estaduais.

Fruto do processo de lutas e conquistas desse período, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 206, 207 e 208, proclama a autonomia das universidades, seu financiamento público e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. E mais: o direito de greve e de organização sindical do servidor público.

Estava garantido, para os professores das entidades ligadas à Andes, o preceito constitucional da liberdade e do direito de se organizar sindicalmente. Isso ocorre num momento delicado da vida dos trabalhadores, no qual parte dos princípios e das formas de luta e organização era questionada pelo “sindicalismo novo” representado pelo campo das entidades filiadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Tais princípios e formas foram modificadas no III e IV Congressos da CUT, alterando o mecanismo de representação da base nos seus congressos e sua filiação à CIOLS; a Central cedeu e os departamentos foram substituídos pelas secretarias, abrindo-se espaços para as federações e confederações - estrutura sindical getulista, que tanto havia sido criticada desde os ENTOES, nos CONCLATS e que a fundação da própria CUT, em 1991, buscava superar.

Em 1989, ocorre um congresso da Andes marcado pela disputa entre forças que defendiam o modelo federativo e confederativo de organização, e aquelas que buscavam construir uma outra forma de organização pela base, por local de trabalho, democrática e horizontalizada, ou seja, um sindicato nacional estruturado em sessões sindicais. A maioria dos delegados presentes opta pelo novo e mais avançado, pelo modelo que rompia com a estrutura sindical getulista clássica e apontava para uma nova estrutura sindical, fruto da luta e dos

processos de reorganização da classe trabalhadora que haviam dado origem à CUT. Foram essas mesmas forças que, derrotadas no congresso de criação do Andes - Sindicato Nacional, foram adaptando a CUT à estrutura sindical vigente e dando-lhe contornos cada vez mais reformistas e de conciliação de classe.

A filiação

Foi nesse quadro que a nossa Adunesp, na gestão da professora Lúcia Lodi, filiou-se ao Andes-SN. Pouco antes, havia nascido o Sindicato dos Trabalhadores da Unesp, o Sintunesp.

A presença da nossa seção sindical sempre foi de destaque nas lutas do Andes e nos diferentes setores que o compõem - federais, estaduais, municipais e da rede particular, confessionais ou não. O Andes faz-se presente na vida da Adunesp na luta que fazemos cotidianamente contra as reformas do aparelho de Estado e nas políticas públicas que implementam o receituário neoliberal que assola a América Latina há mais de duas décadas e que destrói de forma violenta as universidades e os sistemas de pesquisa de países como Argentina, Chile, México, dentre tantos outros, aprofundando sua dependência científica, tecnológica e econômica. Avalio, inclusive, que tais ofensivas não se concretizaram no Brasil na mesma proporção, profundidade e violência, em grande medida devido à atuação do nosso sindicato nacional e de suas seções sindicais, que se constituíram, na prática, em fortes elementos de resistência e luta e assim têm sido até aqui.

E, mais, fomos importantes no processo de construção da LDB, antes do substitutivo Darcy Ribeiro. O mesmo ocorreu no Plano Nacional de Educação (PNE) - Proposta da Sociedade Brasileira, fruto dos Coned's realizados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, processo que obrigou o governo FHC a apensar seu projeto na Câmara Federal e depois apresentar o substitutivo do deputado Nelson

Marquezan. O mesmo ocorreu em relação a todas as contra-reformas da Previdência, tanto de FHC como de Lula da Silva.

Destaque nas lutas

Em âmbito nacional e estadual, tanto o Andes quanto a Adunesp constituem-se referências de destaque nas lutas e nas mobilizações em defesa dos interesses da classe, da reforma agrária sob controle dos trabalhadores, contra a dívida externa e interna, buscando superar as políticas neoliberais desenvolvidas de forma permanente desde Fernando Collor, nos dois mandatos de FHC e, até aqui, nesses dois mandatos de governo Lula. Este último, inclusive, sinaliza com nova proposta de contra-reforma da Previdência e com a contra-reforma sindical e trabalhista.

No estado de São Paulo, o mesmo ocorreu nos governos de Mário Covas e Alckmin e, agora, José Serra, com seus decretos que ferem nossa autonomia e com a criação da São Paulo Previdência (SPPrev), que beneficia os banqueiros e especuladores financeiros.

Por fim, destaco o importante papel do Andes e da Adunesp no processo de reorganização da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais, através da Coordenação Nacional de Lutas - Conlutas, desde o encontro sindical de Luizíania/GO, em 2004, e no CONAT de Sumaré, em 2006, quando foi formalizada a criação da Coordenação Nacional de Lutas, a Conlutas.

Em todos esses momentos e processos, o Andes e a Adunesp estiveram envolvidos e com uma ação militante importante, apesar dos ataques que foram desferidos pelos governos federal e estadual. Afirmam-se como entidades autônomas e independentes de partidos, de governos e dos patrões. Sustentam-se com a contribuição de seus filiados, não recolhem o Imposto Sindical. Seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária não se constitui apenas retórica ou letra morta, mas compromisso prático de ação política e militante.



ARTIGO

Políticas públicas sob o neoliberalismo?

A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que tem necessidade de ilusões¹.

* Por **Edmundo Fernandes Dias**



I
Quando recebi o convite para escrever este artigo, pensei nas diversas formas de como realizar essa tarefa. O mais comum seria proceder a um exame dessas “políticas”. Optei por outro caminho. Como uma das tarefas dos intelectuais deve ser o combate ao senso comum, pensei examinar a natureza dessas políticas sob o capitalismo (ou, se quiserem, do neoliberalismo).

A sociedade do capital se construiu rigorosamente a partir da tentativa de eliminar a autonomia da subjetividade dos antagonistas. É possível pensar políticas públicas sob o domínio da lei do valor? O capitalismo necessita ou permite a existência delas? A pergunta fundamental para o entendimento do nosso tema é: é possível, na ordem do capital, uma cidadania plena? Nestor Kohan² fez essa pergunta³ e acrescentou: por que diante de uma “cidadania”, de uma “institucionalidade” que nega os trabalhadores estes continuam a falar sobre elas como sendo obra sua?

Eles o fazem porque lutaram para constituir uma legalidade que expressasse sua historicidade, suas tradições, usos e costumes, enfim, sua subjetividade. A luta – duríssima – contra os dominantes acabou em perda. Os burgueses, que sempre resistiram aos avanços ditos democráticos, acabaram por incorporar os vencidos de forma subalterna e diferenciada. Os membros das antigas classes dominantes foram incorporados à nova ordem burguesa, através de benefícios e privilégios, materiais e simbólicos, tornando possível que se vissem na nova ordem e se integrassem a ela.

Os trabalhadores, na sua complexa diversidade experiencial, cultural e de linguagem, foram incorporados sob o tacho de uma ordem que necessariamente os excluía dos direitos, excetuado apenas o plano simbólico do voto. E isso mesmo após lutas sangrentas e decenais. Sem essa incorporação simbólica, a luta permaneceria. Formas mais elementares de resistência dos trabalhadores aparecem sob a fala da democracia como “*coisa dos homi*”, ignorando que os *homi* nunca entenderam mais do que universalizar a sua subjetividade, vale dizer, a sua ordem.

Essa incorporação, como diziam Marx e Gramsci, é uma aparência, mas uma



aparência necessária. O atual governante, Luís Inácio, usa e abusa dessa aparência. “Sou um brasileiro igualzinho a vocês”. É essa igualdade simbólica que é a *pièce de resistance* do domínio da atual prática governamental vigente no Brasil. Igualdade que aparece no plano ideológico como a “questão dos direitos”. Houve um tempo em que intelectuais acadêmicos e práticos se referiam a essa forma como

“o direito a ter direitos”. Sim, claro! Direito a ter direitos! Mas, quais direitos?

Sob o capitalismo, sob a dominância da propriedade privada, o direito é, em essência, a garantia dos contratos, forma prática da ordem. A liberdade é, portanto, negativa: ela afirma-se mais pelo fato de que os interesses sociais devem deter-se diante dos interesses do homem egoísta, do proprietário. Lutar por direitos significa lutar contra as barreiras colocadas diante da (e contra a) sociedade. As individualidades dos proprietários se chocam com os interesses e as individualidades dos demais membros da totalidade social. Adiantemos um pouco nossa argumentação: as políticas públicas, que não se reduzem ao mercado ou à pura reprodução da força de trabalho, estão, necessariamente, em contraste e antagonismo com as práticas levadas a efeito pela ordem do capital. Caso contrário, não seriam necessárias. Elas são um território de confronto, como a chamada sociedade civil, e não uma arena de acordos. Pode o Estado de uma determinada ordem voltar-se espontaneamente contra si mesmo?

II

Detenhamos-nos um pouco. O capitalismo, dizia Marx, “é a contradição em processo”. Vale dizer, vive tendencialmente situações de crise. Desde seu início, esse modo de produção supôs uma permanente redefinição da institucionalidade necessária à sua existência para que possa simplesmente

* **Edmundo Fernandes Dias** é ex-Secretário Geral do Andes-Sindicato Nacional, Vice Presidente da Adunicamp-Seção Sindical, editor da Revista *Universidade e Sociedade* (2000-2 e 2004-6), membro do Conselho da Revista *Outubro*. Professor aposentado de Sociologia do IFCH-Unicamp. Publicou: *O Outro Gramsci*, São Paulo, Xamã Editora, 1996; *Gramsci em Turim*, São Paulo, Xamã Editora, 2000 e *Política Brasileira: Embate de Projetos Hegemônicos*, São Paulo, Editora Instituto José Luís e Rosa Sunderman, 2006 e numerosos artigos.

te existir. Responder às conjunturas que põem sua estrutura em contraste com a totalidade exige que ele busque reestruturar-se para sobreviver e ampliar sua dominação. Esta é uma determinação objetiva da sua realização.

Se superarmos a visão puramente economicista, segundo a qual a essência do capitalismo é a produção material (o reino das mercadorias), pura e simplesmente; se considerarmos que para sua existência o fundamental é a produção e a reprodução das relações sociais capitalistas – as classes, o conjunto das relações sociais e técnicas, das relações políticas e ideológicas – temos que levar em consideração que se faz necessário permanentemente adequar o “governo da economia” e o “governo das massas”. Sem isto, o capitalismo se revelaria a forma mais opressiva da economia e da política. Se os trabalhadores não acreditarem na ordem do capital, qualquer movimento produtivo é uma coerção e uma expropriação violentas. Aliás, é disso que se trata: todo e qualquer ato produtivo é uma unidade dialética de *exploração e opressão*.

III

A primeira construção da institucionalidade burguesa foi a ruptura com a ordenação feudal. Reconheçamos, desde logo, que não se tratou da superação da desigualdade. Pelo contrário: foi criada uma nova e mais radical separação entre os indivíduos que constituíam as formações sociais. Marx, em *A Questão Judaica*, faz uma penetrante análise desse modo de legislar, de dar materialidade formal às novas relações de poder. Curiosa, ou sintomaticamente, os direitos do homem vivem uma dialética que precisamos decifrar.

A separação dos homens em relação às suas condições de existência transformou os membros das comunidades aldeãs em “homens nus”, isto é, sem qualquer proteção. A liberdade desses homens nus foi vender sua capacidade de trabalho ou perecer, já que não possuíam os principais instrumentos de produção e foram subalternizados no conjunto das relações sociais capitalistas. Daqui para a frente, o modo burguês incorpora os antigos dominantes, seja pelas alianças, seja pela força, resguardando-os, contudo, para o trabalho comum da obtenção da “paz social”. O direito não é, portanto, a expressão da emancipação humana, mas o sinônimo da liberdade burguesa. E os antigos dominados, mais e mais subalternizados, aparecem como os inimigos de fato. Na revolução francesa, durante um certo período, os plebeus, os *sans culottes*, estiveram ativamente em luta contra a feudalidade e a burguesia trabalhou sua luta particular tratando de incorporar os subalternos à sua luta. Instaurada a nova dominação, a plebe passou a ser tratada como inimigo mais perigoso que os antigos dominantes. A revolução burguesa transformou-se em revolução passiva. Veremos isto mais adiante, ao falarmos da revolução de 1848.

IV

Face aos novos adversários – os subalternos – os novos e antigos senhores se coligam para o estabelecimento da nova ordem. E esta ordem capitalista incorpora e faz seus os antigos privilégios. Os antigos senhores, agora assimilados, mesmo mantendo seu “modo de vida”, vivem, pensam e atuam nas novas regras. Analisando a constituição da institucionalidade capitalista Marx afirma:

“O Estado, enquanto tal, anula, por exemplo, a propriedade privada, o homem declara suprimida politicamente a propriedade privada, não apenas quando suprime o censo para a elegibilidade ativa e passiva (...) a anulação política da propriedade privada não só suprime a propriedade privada, mas esta vem imediatamente pressuposta. O Estado suprime, a seu modo, as diferenças de nascimento, de condição, de cultura, de profissão declarando que nascimento, condição e profissão não são diferenças políticas, proclamando que qualquer membro do povo participe em igual medida da soberania popular, sem considerar tais diferenças, tratando os elementos da vida real do ponto de vista do Estado (...) O Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a profissão atuem a seu modo, isto é, como propriedade privada, como cultura, como profissão (...) Longe de acabar com essas diferenças de fato, o Estado existe apenas enquanto as pressupõe, sente-se a si mesmo como Estado político e faz valer sua universalidade apenas em oposição a estes seus elementos”⁴

Eliminados, aparentemente, os elementos da desigualdade real, pode-se construir a universalidade abstrata onde os indivíduos são mônadas, átomos isolados que se colocam em oposição e onde a resultante desse paralelogramo de forças é sempre positiva. O segredo de polichinelo se faz pela repetição *ad nauseam* dessa ideologia. As desigualdades se transformam *aparentemente* em igualdades. Derrotados os subalternos, após longas e sangrentas batalhas, lembremos, entre outros, do Movimento Cartista, essa desigualdade/ igualdade se faz naturalidade. Lutar pelos direitos dentro dessa ordem traz a vantagem singular, para os dominantes, de reforçá-la. A luta dos trabalhadores, dos subalternos, se dá no sentido de impor limites à institucionalidade vigente. Esta impõe, em grande medida, sua forma e natureza. Tomemos o exemplo da greve. Surgida como resistência extralegal, como movimento de força operária, ela é transformada, sob a forma do Direito do Trabalho, em um ato quase administrativo, a ser pautado normativamente. De resistência da classe trabalhadora, ela se vê traduzida em luta de resistência – capitalista – aos trabalhadores. Com direito à Junta de Conciliação e tudo mais.

Obviamente, este processo não foi tranqüilo. Além das lutas por direitos políti-

cos, travaram-se sangrentas batalhas por regulamentar/controlar o direito dos burgueses no campo fabril, como atestam as inúmeras páginas de *O Capital*, onde são trabalhados os relatórios dos inspetores de fábrica, os documentos franceses, italianos, a luta dos trabalhadores americanos punidas pelo massacre que deu origem ao Primeiro de Maio etc. Na Itália, por exemplo, frente a qualquer tentativa mais forte dos trabalhadores (ou mesmo do Estado) de legislar sobre a “sagrada propriedade burguesa” os capitalistas reagiam com as *serrate*⁵, com as demissões em massa etc. Ainda assim, e apesar da brutal desigualdade de forças, vitórias foram conseguidas. Dentro da ordem, é claro, mas que puseram limites ao arbítrio patronal.

Se, no plano político, a luta era mais fácil para a burguesia (controle dos parlamentos, eleições majoritárias etc.), essa situação foi alterada graças à intervenção dos trabalhadores que, pouco a pouco, construíram seus partidos de massa, os social-democratas. O liberalismo tornado linguagem universal absorveu boa parte da militância dos subalternos, mas a radicalização das lutas conduziu ao surgimento do socialismo como forma de representação e materialização da subjetividade das forças do trabalho.

V

Um outro problema se colocava. A cisão entre economia e política, expressa pelo liberalismo, constituiu-se como poderoso elemento de captura da subjetividade dos trabalhadores e elemento de neutralização de suas forças. No plano político⁶, as “vontades” apareciam como desnudas do seu caráter classista (ver as observações de Marx, acima transcritas) e o jogo se dava (e pretende continuar se dando) como mera agregação de interesses. Do ponto de vista do poder estabelecido, as ideologias dos trabalhadores são elementos de caos, desordem, da busca do privilégio, enquanto as ideologias dos dominantes nada mais são do que a expressão da vontade livre da sociedade.

No plano da produção material, a questão se coloca de outro modo. As vontades dos trabalhadores são, igualmente, perturbadoras. Mas, mais do que isso, são inadmissíveis no interior da fábrica, da empresa etc. No local do trabalho, não pode haver dois poderes. Só o dos proprietários. Caso se possa (nem sempre) imaginar um partido das forças do trabalho (desde que dentro da institucionalidade e sem pretender alterá-la), a presença de sindicatos representativos e de luta é sempre condenável. O tamanho e o volume do carro de som falando de fora do local do trabalho para dentro é a prova da sua debilidade, da prepotência e do despotismo capitalista.

A regra do jogo deste modo de produção é, portanto, o controle articulado do “governo das massas” e o “governo da eco-

nomia”. Todo o processo estatal, sob o capital, é, pois, condição necessária de sua existência. Isso pode aparecer como “governo dos técnicos”, como “racionalidade” “científica” do trabalho ou como medidas de contenção das expressões da questão social. Aqui entram as famosas políticas sociais, públicas... Mas, são realmente sociais? São públicas?

VI

Voltemos, ainda uma vez, ao desenvolvimento do capitalismo no século passado. Uma primeira consideração. Após a chamada revolução francesa, todos os demais processos capitalistas que receberam o nome “revolução” foram revoluções passivas. Incapazes de se apresentar como portadores de uma universalidade que pudesse incorporar ativamente o conjunto das classes trabalhadoras ao seu projeto, a direção burguesa desses movimentos teve que se aliar aos seus antigos inimigos para fazer frente aos novos. Exemplo clássico: a revolução alemã de 1848. Capitalistas e *Junkers* aliam-se contra a nascente maré operária e chegam mesmo a inventar, com Bismarck, a primeira forma do que viria a se chamar *Welfare state*. Na realidade, tratava-se de um movimento que buscava eliminar a radicalidade do movimento socialista e assim realizar a nova ordem. Sindicatos e partidos dos subalternos são barrados por uma legislação anti-socialista. Uma primeira conclusão deve ser retirada (apesar de ser sobejamente conhecida): as chamadas políticas sociais só aparecem como movimento reativo ao avanço das forças do trabalho. Trata-se da famosa Questão Social.

Esse panorama será agravado pela presença da *Revolução de Outubro*. Não se tratava mais da possibilidade de uma institucionalidade operário-camponesa, mas, de sua realidade concreta: o chamado *perigo vermelho*. Para fazer frente a isso, nos defrontamos com o nazismo, o fascismo, as políticas keynesianas, o fordismo etc. Cada uma dessas experiências respondeu ao desafio internacional-nacional dos seus antagonistas e à racionalidade do capital. Variaram da violência como método à tentativa de incorporação da subjetividade do antagonista.

VII

De todo modo, o que esteve em jogo, permanentemente, foi a tentativa, razoavelmente exitosa, de redesenhar a classe traba-

lhadora, de impor-lhe novos modos de vida, novas disciplinas, novas culturas. Mesmo aquela experiência que apareceu como a mais “avançada” – a social-democrata/*welfare state* – atuou poderosamente na desestruturação do antagonismo. Claus Offe, em um estimulante artigo⁷, mostra o processo:

“uma forma de programa que sempre concebe as mudanças em termos de intervenção e legislação administrativa, como reorganização exclusivamente estatal das condições vitais. Esta particular forma de emancipação, estatalmente mediada e até certo ponto ‘hetero-determinada’, tem o mérito de compensar parcialmente a falta (estrutural ou conjuntural) de poder dos trabalhadores assalariados e outras categorias ‘sem vantagens’ mediante demandas e regulações promulgadas politicamente e executadas legalmente.”⁸

O resultado desse processo, sob o comando dos social-democratas alemães – *et par cause* – resultou na anulação do projeto anteriormente definido:

“Não há projeto sócio-político discernível ou sequer definível programaticamente, não há modelo desejado de vida social comparável aqueles associados com os dos adversários cristãos ou comunistas dos social-democratas. Em vez disso há metas *formais*: a estratégia eleitoral-política de apelar a *todos* os grupos, camadas e classes sociais; a premissa metodológica de promover a diversidade, mobilidade e inovação; e o princípio de opções não ‘limitadoras’ e de ‘mantê-las abertas’.”

Vale dizer: o Partido Social Democrata Alemão, ao assumir essa perspectiva, abandonou toda sua historicidade, negou a subjetividade antagonista e buscou dirigir o Estado capitalista para os capitalistas. Para tal, foi necessário domesticar sua base social. E o pior dessa história foi que, por volta dos anos 70, ele se tornou desnecessário. O capitalismo reestruturou-se e impôs seu projeto. Esse exemplo social democrata foi repetido, com os mesmos problemas e *perdas* pelos partidos ditos dos trabalhadores (o espanhol, o francês, o italiano e... tardiamente o brasileiro). O neoliberalismo triunfou com eles e as classes trabalhadoras sofreram derrotas políticas e ideológicas fundamentais. Em países como o nosso, as políticas “públicas” por eles implementadas ampliaram o nível da desigualdade, da violência, da perda significativa de elementos da sua subjetividade.

VIII

Pensar a subjetividade operária e as diversas formas das classes trabalhadoras,

suas práticas, culturas, experiências, dentro da ordem do capital permitiu a uma minoria mundial uma melhoria das condições de vida. Garantia-se, contudo, a estabilidade do sistema (a “paz social”) e a realização, via Estado, das tarefas de reprodução da força de trabalho. Eliminado o “fantasma vermelho” – o socialismo realmente inexistente¹⁰ – os capitalistas se sentiram bem à vontade para retomar as formas despóticas, seja no plano da política, seja no da produção material.

Sem o controle das massas, não há paz para a realização do controle da produção material. O “fantasma” vermelho estava debilitado de longa data. A revolução russa se passivizara já na metade da década de 20. No período que se seguiu à guerra civil, à intervenção militar dos exércitos capitalistas, da destruição objetiva das condições de existência dos povos do antigo império russo foi necessário reconstruir a classe trabalhadora. E essa reconstrução teve por base o *stakhanovismo*, espécie de fordismo à moda russa, do privilegiamento da tecnologia sobre as relações sociais socialistas etc. O ano 70 é um marco de confluência, seja das reformas econômicas russas (apesar disto ser o pretexto para a eliminação da impropriamente chamada Primavera de Praga¹¹) com as reformas, ditas neoliberais, nos países capitalistas. Os países periféricos sofreram ainda mais intensamente esse processo que, todavia, não poupou os países centrais (Inglaterra, França, Itália etc.).

Ao longo desse século, o capitalismo, através das suas formas mais agressivas, capturou, em grande medida, a subjetividade dos seus antagonistas, seja pela transformação dos sindicatos, seja dos partidos ditos de esquerda. A pedra de toque desse processo de incorporação foi o mito da cidadania abstrata. Mesmo aceitando essa limitação, as forças do trabalho acabaram por ser mais uma vez golpeadas. Sem inimigo centralizado, o capital pode exercer seu domínio de forma incontestada. Seus intelectuais orgânicos se expressaram nos organismos internacionais como o FMI, o BM, a OMC, através de um processo complexo que foi da sujeição dos países periféricos até a própria formação de quadros intelectuais destes países nas academias estadunidenses (Escola de Chicago, p. ex.). O fundamental era obter a disciplina das massas em um nível antes inimaginável. o que permitiria a retirada em massa dos parques benefícios sociais conquistados duramente.

IX

Liberar o capital, desengessá-lo, como falavam os regulacionistas, implicava em eliminar a “luta de classes na produção”. Políticas que têm como base a destruição dos laços de solidariedade intergeracional (previdência e seguridade públicas), eliminar as formas de resistência das classes trabalhadoras (legislação sindical e trabalhista), esteri-

É possível pensar políticas públicas sob o domínio da lei do valor? O capitalismo necessita ou permite a existência delas?

lizar os parlamentos (governo, via medidas provisórias, no Brasil) etc., eram absolutamente necessárias.

E, coroadando isso, a destruição da rede nacional de educação (dos cursos fundamentais à pós-graduação, dos cursos ali-geirados à chamada educação à distância), dos institutos de pesquisa científica etc, atuou e atua no sentido de impedir qualquer projeto de soberania nacional do ponto de vista dos subalternos e permite aos domi-nantes que habitam nossos países se tornarem sócios menores do grande capital. Vale dizer que somos permanentemente transformados em povos neocoloniais.

No Brasil, isto ganhou uma dimensão particularmente agressiva. Preparada longa-mente (de Collor a Luis Inácio), essa mutação ganha maior força gra-ças à reinvenção do ca-risma burocrático do atu-al governo. Parlamento desfibrado pela sua atitu-de de dar as costas aos inte-resses da sociedade, mas não aos poderosos, pelos sucessivos escândalos que envolvem a mai-or parte das autoridades e eterna-mente submetido a um executivo que impe-rialmente realiza... os projetos do capital in-ternacional. Forte e cruel com os fracos (vide a criminalização dos movimentos sociais), este governo se apresenta frágil ante as polí-ticas internacionais.

X

Concluamos. Não existem políticas públicas nesta realidade. Do ProUni à Reforma Sindical, da destruição da pesquisa à organização do país como paraíso do *agrobusiness*, tudo em nome da modernidade e da racionalização, o que vemos é o paraíso de uma burocracia renovada. Antigos militantes dos movimentos sociais (em especial, do movimento sindical) são agora os que impõem a dura lei de classe aos seus antigos companheiros. País tomado por uma paralisia que só pode ser enfrentada pelos movimentos sociais que não abriam mão da sua autonomia de classe, sua vontade de lutar e sua capaci-dade de fazê-lo. Políticas governamentais nos destroem. Precisamos, nós, os trabalhadores, repensar este país a partir dos nossos proje-tos contra e para além do capital. Só estes movimentos podem pensar políticas públicas reais: aquelas que darão ao conjunto da soci-edade liberdade, criatividade e condições de realizar suas potencialidades.

Retomemos a epígrafe do nosso tex-to. A grande questão é “abandonar uma condi-

ção que tenha necessidade de ilusões”. Trata-se, portanto, de articularmos nossa luta com a luta do conjunto das classes trabalhadoras. Para tal devemos construir uma *perspectiva de classe* para não ficarmos prisioneiros às contingên-cias e limitações impostas por uma *perspectiva de categoria*. Passarmos do momento econô-mico-corporativo, onde ficamos reféns do ca-pital, para o momento ético-político, o da cons-trução de uma nova subjetividade.

O terreno das políticas gover-namentais (que os dominantes in-sistem em chamar de públicas, para melhor dominar) é o do atendimento às necessidades capitalistas imediatas e de longo prazo (ver as mal-sinadas “reformas” das relações trabalhistas, da organização sindical, da previdência e segurida-des sociais e, por fim, mas não menos impor-tante, da educação) ao mesmo tempo em que procuram, ao máximo, capturar nossas subjetivi-dade e autonomia. A refor-ma educacional aparece com o destaque que tem por-que é através dela que se pode tentar impedir a formação dos in-telectuais, vale dizer, das direções de classe antagonista.

Nossa tarefa é no enfrentamento a elas construir e enraizar nosso projeto, eman-cipatório e democrático. A Conlutas, central popular e sindical, é o instrumento que esta-mos construindo a partir da autonomia de classe que não é um vago desejo ideológico, mas uma necessidade no caminho da liber-dade. Construir com as diferentes formas das classes trabalhadoras, suas historicidades, experiências e culturas, é o projeto que passa pela luta por políticas reais para a população e não para os dominantes.

XI

Saramago, ao longo da sua obra, discutiu o poder. Deu belos exemplos como

em *O que hei de fazer com este livro*. Mas, deixou-nos em *A Caverna* uma metáfora da destruição do nosso mundo, da nossa vida. Reagir é possível e necessário. Lutar é preci-so, mesmo que em condições difíceis. Sem luta não venceremos e continuaremos a ser o lado oculto da história, aquele que querem silenciar. Reconstruir a classe trabalhadora e fazer com que sua subjetividade classista, sua historicidade, sua cultura sejam levadas ao máximo, são caminhos para combater todas as mistificações de igualdades abstratas, for-mais, vazias, que ocultam a desigualdade real, e, assim, construir a hegemonia dos trabalha-dores, ou seja, a democracia real.

Notas

¹ Marx, Karl – Marx e Engels, *Opere (1843-1844)*, Roma, Editore Riuniti, 1976, p. 191.

² Docente e pesquisador da *Universidad de Buenos Aires* e da Cátedra Livre Antonio Gramsci, da *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo*.

³ “Gramsci e Marx: Hegemonia e poder na teoria marxista”, *La Izquierda debate* de 17 de março de 2001. A revista *Tempos Históricos*, revista dos docentes de História da *Unioeste* (Universidade do Oeste do Paraná) publicará este artigo neste semestre.

⁴ *Idem*, pp. 165-166.

⁵ Versão italiana dos *lock out*.

⁶ Na realidade, a totalidade social não se dissocia em política e economia. Lembremos que se trata de uma separação de caráter meramente didático.

⁷ “Cultura política y administración socialdemócrata”, in *Contradicciones em el Estado del bienestar*, México, Alianza Editorial, 1990.

⁸ *Op. Cit.*, p. 215.

⁹ *Op. Cit.*, p. 218.

¹⁰ Expressão que cunhei para me referir à contrafação do projeto socialista implementado pela burocracia stalinista.

¹¹ A Primavera de Praga foi uma antecipação das reformas econômicas que estavam sendo discutidas na URSS (reformas de Liberman) e que acabaram sendo postas em práticas por Gorbachov na passagem dos anos 80 para os 90.

Do ProUni à reforma sindical, da destruição da pesquisa ao paraíso do agrobusiness, tudo em nome da modernidade, o que vemos é o paraíso de uma burocracia renovada.

